

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
Endereço Telegráfico
«MINERVA»
TEL. 2 4253
Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO
Metrópole..... 3\$00
Colónias..... 4\$00
(ASSINATURAS)
Metrópole (6 meses)... 18\$00
Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRÁFICA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA
Visado pela Comissão de Censura



SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS.. *Dr. Agostinho de Campos.*
Professor, escritor e jornalista

CONFERÊNCIA IMPERIAL — O DISCURSO DO SR. MINISTRO
DAS COLÓNIAS NA SESSÃO INAUGURAL..... ***

CONFERÊNCIAS LITERÁRIAS DE ASSUNTOS COLONIAIS —
«COMO EU DESCOBRI A AFRICA» — A CONFERÊNCIA
DO SR. ANTÓNIO EÇA DE QUEIROZ REALIZADA NO
DIA 3 DE JUNHO NO TEATRO NACIONAL..... *António Eça de Queiroz.*
Escritor

DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE *Madame Migeon e Henrique Galvão.*

CRÓNICA DO MÊS *H. G.*

NOTAS DO MÊS ***

INFORMAÇÕES, ETC ***

ESTATÍSTICA..... ***

PORTUGAL COLONIAL

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

TEMOS ouvido falar muito, estes últimos tempos, em modificações do regime do nosso ensino superior. Temos ouvido também repetir-se as queixas que periódicamente voltam a gemer sôbre a falta de investigação científica em Portugal.

Esta falta já foi mais grave do que hoje, no campo das ciências da Natureza, onde sempre se tem feito sentir com maior acuidade. Para atenuá-la contribuiu certo esforço feito, tanto no sentido de se chamarem especialistas consumados para a regência de certas cadeiras de ciências naturais, como também no de promover que, por exemplo nas Faculdades de Medicina, alguns professores beneméritos pudessem aprofundar estudos de histologia, anatomia, etc.

A benemerência particular, tão sáfara entre nós para tudo o que respeita à alta cultura (ao passo que lá fora se lhe devem formidáveis iniciativas de incitamento ao estudo e trabalho científico especulativo) mostra alguns indícios de querer surgir ou despertar entre nós. O Instituto de Rocha Cabral, fundado em virtude do legado importantíssimo que o seu próprio título comemora, aí está consagrando-se com fruto a estudos biológicos desinteressados; e os sábios que nele trabalham têm a sua reputação internacional perfeitamente firmada—com justiça e com honra para o País. Mais recentemente recebeu a Universidade de Coimbra benefício notável, com o legado do benemérito Sá Pinto; e assim foi posta em condições de dotar melhor certos institutos os serviços seus.

Por sua parte criou e dotou o Estado o Instituto do Cancro, bem como a Junta de Educação Nacional. Por meio desta tem aplicado já cerca de cinco mil contos a bôlsas de estudo fora do País, e a outras formas de promoção do progresso científico ou cultural.

Resta, naturalmente, muito que fazer. Entre nós, como em tôda a parte quási, reina o conflito entre as duas funções que em regra se incumbem ou atribuem ao ensino superior: a da

criação ou avanço da Ciência, e a da preparação profissional. E há vícios orgânicos de urgentíssima emenda, como seja a sobrecarga de estudantes e mestres com excessivo luxo de cadeiras e cursos, por forma tal que nem àqueles se pode exigir a responsabilidade da aplicação porventura insuficiente, nem destes é lícito esperar a especialização e aprofundamento característico da originalidade científica. Convém que os escolares deixem de ser sacos elásticos onde tudo há-de caber e os mestres se não transformem em gramofones que nada mais façam do que transmitir em discos tudo o que já está feito, visto e dito.

Parte destes vícios ou deformações veem de que, há 14 ou 15 anos, não houve coragem para pôr em dia os honorários professorais com a desvalorização que a moeda nacional por então sofreu. Hipòcritamente, recorreu-se ao sofisma das acumulações de regência. A falta de coragem é má — e pior ainda quando se desdobra em falta de verdade e sinceridade. O futuro castiga sempre quem não ousou, de frente e a tempo, o que era justo ou necessário.

Rectificado o mau passo, dê-se outro ou outros para diante. Mas não se caia em pedir emprestadas as botas de sete léguas. Desconfiemos do delírio de grandezas, adorador do óptimo fingido, inimigo do bom verdadeiro.

Os progressos científicos estrangeiros são invejáveis, e o desejo de competir com eles, ou, quando menos, de segui-los a menor distância, pode indicar brio e patriotismo. Pensemos, porém, em certos pendores nacionais para do saber se tomar apenas o nome, a ficção, ou a sombra, e também em certas limitações e inferioridades que aliás não deshonram, mas é de bom-senso reconhecer. Sonhemos, pois, mas com os olhos abertos.

Por exemplo: o avanço da mecânica, da química e de outras ciências ou divisões da Ciência, tem-se feito, principalmente na Alemanha, à sombra de actividades e organizações industriais ou técnicas de colossal importância e poderio, que aqui faltam inteiramente. O tino prático, a sinceridade cívica, a discreção, a modéstia, aconselham a ponderar isto.

Outro aspecto: queremos que o nosso Império Colonial seja nosso, desbravado quanto possível com o nosso trabalho, o nosso dinheiro, o nosso sangue. E o nosso estudo ¿ para quando fica? . . .

O conhecimento científico da fauna, da flora, da geografia, da geologia, da climatologia das

Conferência Imperial

O discurso do sr. Ministro das Colónias na sessão inaugural

A nossa revista, como habitualmente o faz, arquivou nas suas colunas o magnífico discurso pronunciado por S. Ex.^a o Ministro das Colónias na inauguração da Conferência Imperial.

O acontecimento que foi esta reunião dos governadores de todas as colónias portuguesas tem assim nas nossas páginas a sua mais alta expressão, porque este discurso foi também a mais importante oração da Conferência. Palavras com ideias, com um pensamento e uma vontade, reflectindo uma política e uma orientação ficam como directrizes da administração colonial portuguesa.

O sr. Presidente do Ministério pronunciou também um notável discurso que, por falta de espaço e porque a imprensa diária já o deu na íntegra, não publicamos. Encerrou a série de discursos da sessão inaugural o sr. Governador Geral da Índia — discurso que também não publicamos pelas razões acima referidas e por se tratar de mera oração de cumprimentos sem interesse técnico ou literário que valha publicação.

PELA conferência dos governadores que hoje inicia os seus trabalhos, o Império Colonial Português apresenta-se aos olhos de todos na sua inteira grandezza e na sua perfeita unidade. Esta reunião não tem precedentes na nossa vida administrativa: mas para o futuro da Nação julgo-a de transcendente importância.

Marca, na ordem externa, a primeira realização de uma política de solidariedade que se propõe fazer considerar em comum, para serem dirigidos segundo um pensamento superior único — como coisas que pertencem à mesma colectividade — os interesses, as necessidades, as ambições de oito milhões de quilómetros quadrados do território lusitano ultramarino.

Seduzidos por doutrinarismos que mais se fundavam em lição alheia do que numa experiência nacional que tinha cinco séculos de profundidade, entramos, vai já em 25 anos, no caminho de pro-

clamar a autonomia das Províncias de Além-Mar no campo administrativo e financeiro. Em certo momento levamo-la quasi até ao limite em que cada colónia, fechada em si mesma, tinha a possibilidade de ir esquecendo que pertencia à grande e gloriosa comunidade portuguesa — que no Mundo é das mais vastas e na Europa é a mais velha e sólida.

Tão forte é porém em toda a terra a unidade sentimental da Nação que longos anos de sujeição a uma doutrina naturalmente geradora de particularismos não conseguiram quebrá-la. Mas temos de reflectir que se durante muito tempo teimássemos em efectivá-la na sua pureza — como natural pendor dos acontecimentos teria de ser e episódicamente tem sido já — lentamente conduziríamos o império à desagregação, depois de havermos provocado o isolamento de cada uma das parcelas que o compõem, o alheamento dos interesses da colectividade, o desconhecimento mutuo.

A Nação é a mesma em todas as partes do Mundo. Filhos da mesma grei, vindos da mesma história, cobertos pela mesma bandeira, prossequindo um mesmo ideal colectivo, nenhuns antagonismos nos podem separar. Nas horas do perigo ou da desgraça as forças de todos constituem uma só força — que é Portugal.

É preciso que nas horas, monolonas ou duras, do trabalho assim seja também. Um país como o nosso, pequeno na Europa, tão grande no Mundo e tão disperso, só numa forte unidade governativa, pode encontrar a força precisa para vencer as dificuldades do presente e construir um futuro melhor.

Se é este o sentimento que mais vivo existe na alma da nossa gente, seja qual for o canto da terra que ocupe — este é o principio fundamental de que devemos partir para a construção do Império.

A unidade da Nação exige unidade de pensamento directivo — quer dizer unidade de acção governativa. Como poderíamos dizer que existia a unidade da Pátria onde cada parcela da Nação pudesse construir-se um ideal próprio e realisá-lo por seus meios exclusivos? Quem saberia falar de unidade nacional onde cada município, ou provincia, ou colónia, pudesse esquecer-se da solidariedade a que pertence e em que é apenas um elemento, para dar largas ao seu egoismo e, indiferente a tudo, prossequir tão somente os seus interesses.

duas Áfricas Portuguesas, a revelação exacta de todos os outros aspectos naturais, desses imensos territórios, são necessários ao seu próprio aproveitamento e, além disso, interessam à Ciência universal. A prudência, a diplomacia, a própria dignidade e até a segurança, estão pedindo que tal estudo seja feito por nós, e que nada se poupe para que nos ponhamos quanto antes, com justo título e a todos os respeitos, à frente do cortejo de curiosidades e de curiosos que não faltará (e já não tem faltado) para averiguar e explicar como a nossa África é feita.

Parece-nos que, nisto só, se divisa já um programa vasto e urgente de organização de institutos científicos, universitários ou extra-universitários, mas fundados, ampliados ou refundidos a sério e a valer.

Realizado com escrupulo e largueza seme-

lhante programa, que nos parece mínimo quando encarado pelo prisma da necessidade e até da urgência, transformariamos em realidade este paradoxo: Ciência pura, religiosamente desinteressada, posta ao serviço de um dos mais altos e sagrados interesses nacionais.

Quem se aproxime do nosso ensino superior, na sua legislação, na sua prática ou no seu espirito, difficilmente descortinará que elle se situa no centro ou na metrópole de um Império que está ainda em gestação, e devia portanto estar já em estudo.

Remontemo-nos quasi nada nas asas da contemplação, não mística mas bem objectiva, e logo veremos que o problema colonial português transcendendo algum tanto da acção e da competência do Ministério das Colónias, por efficazes ou exemplares que elas sejam.

Ninguém que tenha um coração português, discute, creio eu, este ponto. Mas é preciso aceitar também as suas lógicas consequências.

Tudo o que é comum no Império tem de ser organizado e realizado em comum. Nenhuma autonomia ou interesse se lhe deve opôr. A vida administrativa de cada região ultramarina está desta forma limitada: e tudo o que em especial lhe respeita tem de ficar subordinado ao colectivo e geral.

O Ministério das Colónias, de que o regime das autonomias finha feito a apagada sombra de uma autoridade, retoma assim, na vida nacional um papel de primeira grandeza. Não será, apenas como até aqui, um órgão de fiscalização e de orientação superior — tão alta que quasi ninguém conseguia vê-la! — mas de acção imediata. Não será vaga inspecção, possível mas nunca efectivada ou simples Repartição do expediente das Colónias na Metrópole — mas a primeira autoridade do Império, o principal centro de comando para a realização do nosso grande ideal ultramarino.

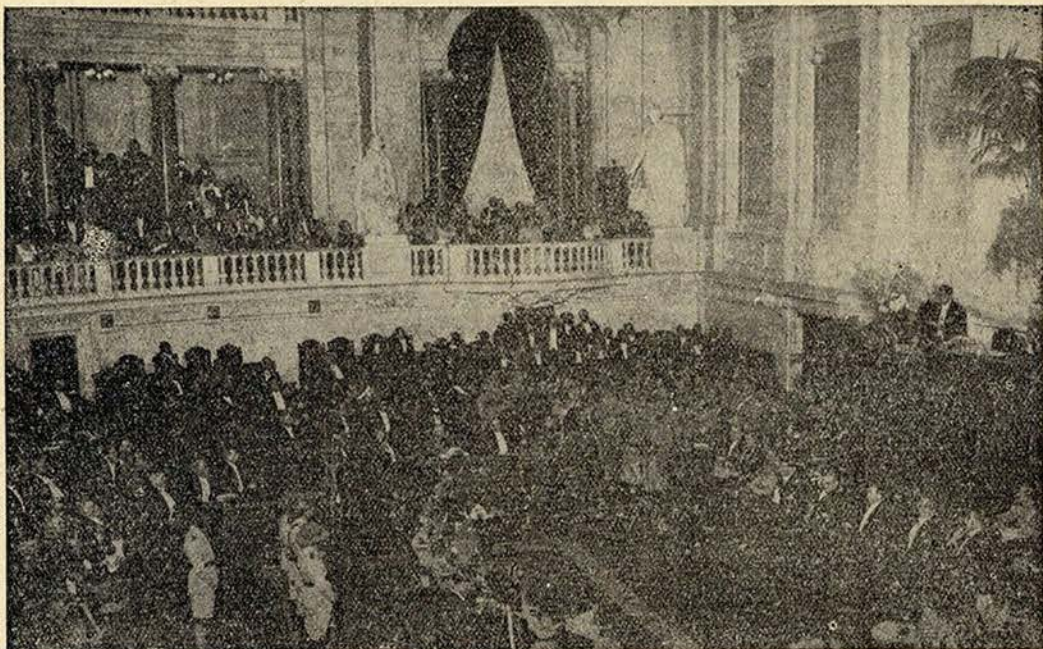
Deve dominar tudo o que é colectivo no Império para fundir todas as parcelas que o compõem. O que é nacional pertence-lhe: no seu senhorio estão os interesses morais e materiais que sem per-

administrativas limitadas e ligadas entre si pela ideia superior da unidade nacional, a que nada se pode sobrepor.

Para atingirmos esta nobre finalidade não contemos nem com o simples poder da lei nem com a influência de planos architectados com esplendor. A lei só vale o que valerem os homens que a aplicarem. Os planos deslumbrantes são como fogachos: apagam-se depressa. Quantos foram executados dos tantos que no Mundo têm aparecido?

Confiemos antes no humilde trabalho de cada dia, no sulco que se abre pacientemente, na semente que com sacrifício se deita à terra uma a uma, no gesto glorioso do ceifador, depois de meses de cansa e de ansiedade.

A realização deste pensamento, que em nobres fórmulas se acha inscrito no Acto Colonial, exige o esforço de longos anos. Mas cada um encaminhará o País para a efectivação da "política imperial", que é indispensável à grandeza do seu futuro. Decerto precisamos realizar uma grande transformação material: — mas esta não pode realizar-se sem que uma revolução moral a preceda. Queixamo-nos muitas vezes, os que no grande sonho colonial andamos enlevados, de abandono e de indiferença. Mas o que temos



Um aspecto da Sala do Parlamento durante o discurso do sr. Ministro das Colónias na inauguração da Conferência Imperial

tencerem a nenhuma colónia em especial o são de todas; na sua órbita devem estar também integradas as necessidades que mais de uma colónia sentir, os interesses que entre si colidirem e os que melhor puderem ser satisfeitos pelo Poder Central do que pelos Poderes locais.

Para que esta aspiração se transforme em factos, indispensáveis é que o Ministério esteja num contacto íntimo e constante com todos os Governos e populações coloniais. O correio e o telegrafo não bastam.

Não levam ao longe a vibração, o calor comunicativo que é indispensável para manter certo o ritmo na marcha ascensional de um povo. Ministro e governadores têm de reunir-se muitas vezes. Além-Mar e neste "sítio de Lisboa", de que já no século XVII Mendes de Vasconcelos dizia que a Divina Providência, querendo-o fazer capaz do Império, não permitiu que lhe faltasse nenhuma coisa para esse fim.

Têm as colónias a situação de pessoas morais; o seu activo e passivo próprios; a disposição das suas receitas, a responsabilidade das suas despesas, o seu Orçamento privativo; os seus órgãos próprios de governo, a descentralização administrativa e a autonomia financeira. Nestas bases essenciais decorre a sua vida justamente.

Ninguém ousaria recusar-lhas. É necessário contudo que se entenda que o seu terreno próprio de actuação é aquele em que se encontram apenas interesses puramente locais.

Sempre o espirito de nação deve dominar o das autonomias: em toda a parte em todas as circunstâncias tem de compreender-se que o sistema do nosso Império é o de um conjunto de autonomias

feito para o quebrar? Precisamos de lembrar constantemente ao País que toda a sua grandeza e as fontes mais ricas da sua prosperidade estão no Ultramar: está no futuro como esteve o passado.

O muito que se tem feito em favor das Colónias dá a impressão de desligado e desconexo. E, não nos conhecendo suficientemente, vivemos aquém e além-mar sob impressões falsas. A voz das Colónias chega em regra à Metrópole a pedir empréstimos para criar dívidas. Das Colónias que seguem a sua vida sem dificuldades quasi ninguém ouve aqui falar. Este silêncio mentirosamente repercute-se para além do Oceano como o sinal de uma indiferença profunda.

A obra de aproximação dos espíritos, de integração de todas as almas no mesmo pensamento de conhecimento e compreensão mútua é a base fundamental de uma colaboração intensa entre a Metrópole e as Colónias. Os factores morais são a própria essência de todas as grandes transformações económicas.

Como ideal de que a própria unidade não deve ser senão um instrumento, assim nos iremos aproximando de aquilo a que eu ousarei chamar a imperialização da vida portuguesa — quero dizer a compreensão de que Portugal, sendo uma potência mundial, tem de dirigir-se em todos os momentos de governar-se com o sentimento e as responsabilidades que esse facto importa. E a dignidade das nações universais não está só confiada à guarda das governos: é função do povo inteiro e algumas vezes exige pesados sacrifícios.

Podemos dizer que nada no Mundo nos é estranho. Todos os grandes movimentos dos povos nos tocam. As lutas travadas na China interessam a Macau, como o nacionalismo de Gandhi pode

tocar na Índia e as reivindicações dos índios orientais em Timor. O Império dá por quadro à nossa política internacional todos os povos e todas as terras.

No Ultramar está o verdadeiro ideal português. Para as Colónias nos empurra uma história gloriosa; para elas nos leva o espírito de poesia e de aventura da raça; para lá nos chamam eloquentes promessas de grandes realizações.

Para as Colónias temos de dirigir, devagar mas persistentemente, a nossa vida. Elas podem-nos dar tudo — desde o orgulho colectivo que faz grandes os povos até à certeza do trabalho, à glória das realizações, à riqueza, ao bem estar, à força.

Solenemente declarou a Nação que queria um Estado Novo. Pois bem; a voz dos homens do Ultramar, éco longínquo do sentimento de todos os que descobriram os mares e as terras e conquistaram o Império, responde: o Estado novo tem de obedecer ao espírito colonial para continuar a história de que vimos. Se for acentadamente metropolitano poderá dar à grei criações maravilhosas no campo material, mas confundir-lá-há com todas as mais nações, tirando-lhe a sua verdadeira grandeza.

Parece-me que estas palavras têm hoje uma oportunidade que nunca tiveram, porque pela primeira vez se encontram juntos os homens que respondem pelo Governo das Colónias para assentarem na tarefa a realizar em comum: saídos do seu isolamento, afirmam assim a vasta solidariedade portuguesa.

Há povos que por disporem de grandes meios de acção — pela imensidade dos seus recursos e abundância de gente — podem colonizar com métodos de prodigalidade. Para atingirem os mesmos resultados outros apenas dispõem de meios modestos. Nós somos destes. E isto quer dizer que as questões de administração — isto é, de proporcionalização das necessidades aos meios — têm de constituir a preocupação fundamental de toda a nossa actividade colonizadora.

Apresentam-se-nos problemas que se relacionam com todos os ramos da vida e que têm frequentemente aspectos de uma agudeza que se não conhece na Europa. Temos de os resolver. Mas como ainda somos pobres, a norma que deve guiar inalteravelmente o nosso procedimento é este: fazer com pouco o que a outros é dado realizar com muito. Onde certos países podem perder, nós não podemos; onde eles podem desperdiçar, nós não podemos. Este simples facto coloca as questões financeiras na primeira linha das questões de administração.

Todo o futuro da obra colonizadora portuguesa está assim ligado basicamente ao equilíbrio e regularidade da sua vida financeira. Com uma Fazenda sã, garantiremos às Colónias uma economia sã, dando-lhes condições de um aproveitamento dos seus recursos e de harmónico desenvolvimento das suas populações e riquezas. Disse há um século o Barão Louis e ainda é verdade: dai-me boa política que vos darei boas finanças; com a experiência trágica das crises porque o Mundo tem passado, é bom acrescentar: dai-me boas finanças que vos darei boa economia.

Eu sei que são numerosos ainda os que pensam de modo diverso: para alguns as finanças são no Ultramar elemento acessório e tudo o que é essencial em colonização cabe nas ideias do fomento. São os que esperam que o alargamento da produção e das exportações cubra todos os "deficits". Mas é um erro — que se há oitenta anos, quando foi praticado pelos homens da Regeneração, podia ter desculpa, hoje não tem atenuantes. Vozes cada dia mais numerosas o proclamam em todos os cantos do Mundo. Em cima da falência, do desequilíbrio, do desregramento, não se pode levantar uma obra de fomento. A falência financeira só pode gerar falências económicas.

Convém insistir nesta matéria porque o pensamento de muitos coloniais — e dos mais ilustres até — anda desviado da verdade de hoje, iludido talvez pelas verdades do tempo da ocupação.

A história colonial dos últimos anos condensa a tese do fomento sem observância estrita dos bons princípios da gerência fazendária — que são afinal velhos como o homem e não de durar enquanto ele existir, produzindo e consumindo.

É que, com raras excepções, os encargos dos empréstimos contraídos na ideia de criar riqueza andam mais depressa do que os rendimentos desta. E assim frequentes vezes acontece ou que as obras que com grande pompa se planeiam para serem executadas com o que se pede emprestado ficam em meio ou que, acabadas, não têm elementos de vida e de acção, sendo uma coisa morta no Orçamento. Quando, rompendo este círculo de ferro, conseguem chegar até ao fim e funcionar, raras vezes acontece que o lucro líquido baste para cobrir o encargo com que o seu custo sobrecarregou a existência nacional. Quem quiser, com imparcialidade, procurar na moderna história colonial portuguesa exemplos que ilustrem as hipóteses referidas facilmente as encontrará. Em todos esses casos o observador sereno terá de concluir — que melhor era não ter começado.

Uma obra de fomento só será verdadeiramente reprodutiva e benéfica quando for subordinada a rígidos princípios de ordem financeira. De outro modo poderá acontecer que certos empreiteiros ganhem muito — mas a Nação perderá sempre.

Olhem à sua volta: das colónias portuguesas passem a vista para as possessões estrangeiras. Reparem nos territórios que tiveram crédito fácil, dinheiro abundante, possibilidades sem medida de construir grandes obras e que deram caminho a todas as ambições e guarida a todas as ânsias das empresas construtoras e não de ver que à dolorosa miséria das colónias, quasi tão má como a guerra, passou a insanía dos homens nem sempre corresponde sequer à riqueza dos que à força as quiseram dolar com o seu estado social e as necessidades da sua população não reclamavam ainda.

Nenhum espectáculo é mais doloroso no Mundo do que um país novo povoado de ruínas.

Infelizmente não é raro que ele se nos depare em África.

Quero lembrar um exemplo nacional que convem ter sempre presente e que pode resumir-se na sua crua simplicidade de alguns números. Em 1921, Angola praticamente pouco devia; não figura nas contas a dívida do tempo por mais de 9.900 contos. As suas receitas previstas figuravam no Orçamento de então com libras 1.025.665. Passaram doze anos. Pôs-se em prática nesse intervalo uma larga política de fomento com base na lei n.º 1.311 e com abundantes meios. Angola, que passou por fundas crises económicas e de fazenda, hoje deve cerca de 800.000 contos e as suas rendas não podem ser avaliadas em mais de £ 1.300.000. Enquanto as receitas totais subiam apenas de £ 280.000 os encargos dos juros e amortizações elevavam-se em mais de £ 400.000.

Dir-se-há que o benefício que as finanças do Estado não recolheram foi sentido pela economia geral da Colónia. Seria errada essa afirmação: os números repelem-na com evidência. Em Angola toda a obra de fomento é realizada de olhos fitos na exportação. Pois em 1921 exportou mercadorias que valeram £ 1.711.500; e, entre 1926 e 1930, anualmente, em médias, £ 2.194.000. Isto quer dizer que a diferença acusada nos valores totais das exportações no período considerado — não falo do lucro da exportação, note-se bem, mas do valor total desta — representa um valor sensivelmente igual ao dos encargos anuais da dívida. Se o rendimento resultante da alta havida na exportação fôsse arrancado inteiro à economia da colónia não dava para pagar, anualmente, 5⁹/₁₀, a vigésima parte da quantia em que aumentaram os encargos da dívida enquanto ele se produzia. Valeu a pena todo o sacrifício feito? Não.

Ao estrangeiro podia ir buscar exemplos iguais — talvez mais flagrantes alguns deles. Mas o exemplo da casa tem para nós mais valor.

Para que ele se não repita e a vida das Colónias possa correr sem crises violentas temos de instaurar definitivamente, em todo o Ultramar, a ordem financeira.

A primeira base desta é a existência de contas; depois a sua clareza e simplicidade.

Vinco a diferença destes dois elementos para salientar que só agora podemos dizer que as Colónias começam a ter contas. Ganhou-se já com isto uma grande batalha. Em 1925 Moçambique não tinha contas; em 1930 o mesmo acontecia ainda em Angola. Uma vez postas, com segurança, em funcionamento, as rodagens da contabilidade, temos de ir mais adiante — reformando-a no sentido que indiquei, segundo o bom exemplo da Metrópole.

Mas esse dia talvez não esteja próximo.

Depois da contabilidade é elemento essencial da ordem financeira a existência de orçamentos claros, que realizando uma justa previsão de todas as receitas e despesas estejam aprovados na data precisa para entrarem em vigor no começo de cada ano económico. "Nada custa menos a dizer do que isto que mil vezes tem sido repetido — e parece que nada custa mais a fazer — pois que nunca se fez". E foi preciso um grande esforço de energia e uma verdadeira revolução nos métodos de revisão e aprovação orçamental para que este ano, como espero se consiga, já a esta hora estão revisados todos os Orçamentos das Colónias; todos foram elaborados segundo um mesmo critério, obedeceram nas previsões a orientação idêntica, põem em prática os princípios de uma mesma política económica e financeira.

Todos apresentam, quando não um saldo positivo, pelo menos o equilíbrio das receitas e despesas. Nuns casos chegou-se a este resultado sem esforço, noutros foi preciso realizar economias e reformas severas, nalguns indispensável foi recorrer à Metrópole para perdoar pagamentos. Mas convem salientar o equilíbrio obtido, através dos mil embaraços que a crise levanta hoje às actividades coloniais, públicas e privadas. Não sei se algum outro país pode apresentar um resultado assim: mas sei que este tem de soar bem alto para prestígio e força da nossa administração colonial, que no estrangeiro tantas vezes foi atacada e que muitos têm e terão sempre interesse em diminuir e desacreditar.

Os "deficits", orçamentais não têm grandes tradições nas Colónias estrangeiras de África. Com frequência, antes de 1930, se encontravam saldos positivos por vezes importantes. Nos últimos

anos tudo mudou. As receitas em tôda e parte desceram em saltos bruscos e o "deficit", generalizou-se. Os impostos não se deixam de cobrar, as grandes despesas defendem as posições conquistadas e nalguns casos teimam em aumentar. O exame das finanças africanas é confrangedor. Em presença de tão graves circunstâncias os governos coloniais, que em regra não podem ser acusados de moderação nos gastos, tomaram por um de dois caminhos: equilibrar energeticamente os orçamentos ou esperar que o tempo, recompondo as coisas, realize uma tarefa diante da qual a vontade humana recua.

No primeiro caso como não podia deixar de ser, fizeram-se fortes economias, aumentaram-se os impostos ou combinaram-se os dois sistemas. As despesas de pessoal também sofreram muito; os vencimentos foram reduzidos por sistemas directos ou indirectos e muitos subsídios especiais tiveram de ser suprimidos. Em regra diminuíram-se consideravelmente as verbas para trabalhos públicos; em zonas importantes a paralisia dêstes vai já sendo total. Nada de novo se constrõe — mesmo do que antes se declarava imprescindível e inadiável. E já em pontos numerosos do continente africano — na parte que nos não pertence — se levantam numerosos brados de protesto contra os aumentos de impostos — que o Tesouro reclama com ávara intransigência e que as populações, hoje mais do que nunca, declaram incompatíveis. E assim quasi do Mediterrâneo até ao extremo sul da terra negra.

Em países que eu me permito julgar menos sãbiamente administrados, recorreu-se ao empréstimo para cobrir o "deficit", que surgiu como importuno em meio de festa. Creio que este critério de governo toma como pontos de apoio duas ideias que me não parecem espelhar a realidade: jogando atentamente sobre o futuro, julga que as colónias são países em formação cujos rendimentos um dia cobrirão todo o passivo que agora se acumula; e supondo a crise presente igual a tôdas as outras, e como ela passageira, espera que tudo se recomponha rapidamente e que a volta da prosperidade geral arraste o equilíbrio dos orçamentos.

Também nas colónias portuguesas se encontra ainda quem participando dêste risonho optimismo, entenda que o desequilíbrio dos Orçamentos é coisa pouca que à Metrópole compete cobrir os seus saldos negativos e que as grandes obras públicas são tudo.

Caem em peccado de imaginação galopante os que pensam assim. Mas o curioso é que falam sempre como se um espirito divino os inspirasse: a sua voz eleva-se solenemente em nome da ciência e da técnica coloniais. Dêste modo ao sério se mistura o cômico das coisas da vida. Por mim não me permito o papel de profeta em matéria tão obscura.

Mas o que não parece duvidoso, seja qual fôr o destino das teorias, é que chegada a hora do fim da crise os que tiverem conseguido atravessar estes maus anos sem accumularem dívidas poderão retomar imediatamente e sem carga inútil o caminho da prosperidade; sobre os outros pesará longamente o fardo das imprevidências acumuladas.

Estão equilibrados os orçamentos. É preciso agora que as contas no fim do exercício, venham a reflectir, pelo menos a sua concordância com as despesas. Essa é, no momento presente, talvez a mais grave das obrigações que a Nação tem confiadas aos srs. governadores ultramarinos. Exige o conhecimento profundo das necessidades dos serviços, uma vigilância atenta sobre tôdas as coisas de Fazenda — que é a chave do crédito, uma vontade activa para reprimir abusos, o pensamento fixo na ideia de que as despesas públicas se devem sempre condicionar pelas receitas e que todo o formalismo da contabilidade, dos vistos, cabimentos, autorizações, todo o mecanismo da inscrição das verbas, dos créditos, dos reforços e transferências, tem por fim obrigar os serviços a não gastarem mais do que aquilo que o Estado tem para gastar e a applicarem o dinheiro de todos com o máximo possível de justiça e utilidade.

Neste difficil momento os srs. governadores, se quiserem desempenhar com fidelidade o seu papel de guardas da soberania e do crédito português, devem ser, antes de mais homens de Fazenda.

Por agora o espectáculo é este: o comércio geral caiu em tôdas as Colónias, tanto em quantidades como em valores; a vasta utensilhagem applicada no Ultramar ou está sem emprêgo ou funciona com grandes perdas; há caminhos de ferro onde só de semana a semana ou de mês a mês circula um combóio e quasi vazio; em certos pontos os "stocks", acumulam-se; na rectaguarda as fábricas fecham, as explorações agrícolas que não param reduzem ao mínimo o seu trabalho. Entretanto as cotações caem e no interior o trabalho indígena desfalece porque são irrisórios os preços que ao gentio se oferecem pelos productos. Há colónias em que os números deixam a impressão de uma agonia.

Este é o quadro geral da vida económica de Além mar no momento presente. Nuns pontos devemos desenhá-lo com cores negras; noutros, como nas Colónias portuguesas, com traços brandos; só em S. Tomé podemos com justiça falar de catástrofe.

Pois bem: em face dêstes factos, técnicos dos mais distintos, para a dolorosa situação do Ultramar apenas aconselham uma solução: produzir mais. E, como um eco, por tôdas as colónias homens com responsabilidade de Governo vão-na repetindo incansá-

velmente. Neste mês de Junho de 1933 como no começo da crise, durante a guerra ou antes de 1914, a panacea é ainda o aumento da produção: tal é o poder das ideias velhas.

Partamos do principio de que se produz para consumir — ideia que parece a tradução da própria evidência mas que a vida torna singularmente obscura. Se as nossas actividades coloniais tentarem dirigir para os grandes mercados do Mundo os géneros que tiverem arrancado à terra, encontrá-los-hão pleotóricos. O desenvolvimento da produção, na ordem internacional encontra barreiras difficeis de transpôr. Por um lado assenhorearam-se deles os países que mais barato sabem produzir, dentro da qualidade mais alta; por outro lado as protecções aduaneiras, prohibições, licenças, contingentes de que tão largo uso se tem feito, transformaram as grandes praças em reserva, cada hora mais fechadas, das economias nacionais.

Ninguém sabe se as fórmulas de paz económica que daqui a alguns dias vão tentar-se em Londres conduzirão a resultados úteis. Se não levarem, dizem que o egoismo dos países se acirrará e que as pequenas guerras de tarifas e protecções recrudescerão, isolando mais ainda as nações; se, pelo contrário, os Governos chegarem a qualquer solução, afirmam que é possível que, abrindo-se à concorrência lentamente os mercados, a circulação internacional dos productos tome novo rumo. Na hipótese desta aurora, como as quantidades agora produzidas são já mais que suficientes para as necessidades que as reclamam, a vitória pertencerá ao produto que, apoiando-se em mais fortes organizações de crédito, fôr de melhor qualidade e mais barato. Para muitos esse anunciado alvorecer será um triste crepúsculo. As decisões de Londres podem ter uma importância fundamental para a orientação da politica económica colonial do Mundo. Forte é o cepticismo com que as esperam os povos, já cansados de promessas e desiludidos. Arrancaram-lhes a fé. Mas o problema é tão vasto e tão profundas as misérias que um justo entendimento poderia aliviar, que nenhum Governo tem coragem de negar o seu auxilio a mais essa tentativa — e de entrar com ela nos seus cálculos, ao menos para lhe dar força.

Mas repare-se que se em Londres vencerem as ideias que inspiraram a Conferência, o problema que se levantará — e em certos países ainda mais angustiosamente do que no minuto que passa, diante da agricultura e da indústria, será o de sucessivamente produzirem mais barato e melhor. Um preço mundial ditado pelos que financeiramente forem mais fortes e mais rapidamente souberem satisfazer estas condições servirá de lei. Não é uma questão ligada ao aumento das quantidades produzidas a que surge assim: é talvez até ao contrário, a de uma diminuição, operada pela concorrência.

Veremos abrirem-se essas perspectivas — por que sobretudo anseiam os países mais industrializados? Não sei. Foi-se muito longe na defesa dos interesses nacionais para que os povos possam ceder sem luta as posições a que já chegaram — e que são, mesmo assim, para muitas actividades, um pórtio de abrigo se não seguro ao menos calmo.

As perspectivas que a vida colonial portuguesa oferece por agora não assusta a evolução económica no sentido nacionalista por que o Mundo está passando — e de que a Conferência de Ottawa nos dá o mais típico exemplo. É que no consumo da Metrópole a produção colonial pode ainda ocupar um lugar que hoje pertence ao estrangeiro e que não valerá menos de 400.000 contos por ano.

A Metrópole tem a conquistar no comércio das Colónias um lugar que pode vir a ser tão importante ou mais ainda do que esse. Tem de ser lenta a marcha das coisas para se atingirem estas cifras: e será sempre difficil. Há posições ocupadas que só com o tempo e um inteligente aproveitamento das oportunidades se podem tomar. Será preciso remover grandes interesses, muitos de fundamental importância na ordem financeira — como os que estão ligados à receita dos tabacos.

E não é em poucos meses, mas em longo período, que as coisas podem mudar. Os anos de 1931 e de 1932 marcaram avanços importantes na nacionalização do comércio colonial: espere-mos que os que se lhe seguirem os marquem ainda maiores.

Para que esta obra prosiga é necessário sem dúvida aumentar a produção em certas zonas agrícolas ultramarinas. Mas três condições têm de ser observadas cuidadosamente se quisermos evitar retrocessos e ruínas; não provocar aumentos de produção sem, tanto quanto possível, termos mercados assegurados; produzir a preços baixos, não fiando a sorte do comércio colonial apenas de barreiras aduaneiras ou de fórmulas de protecção que perante a necessidade de abrir clareiras para a colaboração internacional tenham de ser abatidas, escolher cuidadosamente os productos destinados ao comércio de exportação de modo que, dentro das possibilidades de cada colónia, sejam os menores e mais económicos, para que a primeira vaga de abundância não subverta de repente todas as actividades neles concentradas.

A politica do aumento da produção nesse aspecto do caso colonial português cifra-se portanto na resolução de uma série de pequenos problemas — a maior parte dos quais escapa aos olhos do publico — que levem à integração da economia de cada colónia,

não só na da Metrópole mas na das outras colónias também. Os grandes resultados só ao fim de muito tempo serão apreciáveis.

Porque nos não devemos deixar embalar por optimismos enganadores, repito contudo que esta política só pode desenvolver-se com liberdade de movimentos enquanto os povos fechados dentro da torre do seu egoísmo, a deixarem passar. No dia em que as grandes vagas da concorrência varrerem os mercados só fica um recurso sério: baixar o preço e elevar a qualidade. E sábia conduta é dirigir neste sentido um continuado esforço — porque no Mundo produz-se em quasi todos os campos, mais do que aquilo de que se precisa.

Muito mal se tem dito da política de áspero nacionalismo económico para que todas as nações, mais ou menos, consoante as necessidades da sua defesa, se deixaram resvalar. Nem sempre se é justo a tal respeito. Essa política pode levar ao equilíbrio da economia mundial tão directamente como a dos entendimentos internacionais. Não se lhe negue essa virtude. Prejudicará de certos os países fortemente industrializados, até há pouco dominadores incontestáveis dos grandes mercados — que podiam invadir com massas enormes de produtos, destruindo os valores mais modestos, esmagando-os com o péso orgulhoso do seu ouro e de organizações de crédito arquitectadas para servirem até aos últimos limites o egoísmo de indústrias poderosas. Mas os países menos especializados ou de vida económica menos activa ganharão, com a era de nacionalismos económicos em que o mundo entrou, a independência que não tinham, o desenvolvimento técnico que os mais lhe tiraram o direito de conhecer, a elevação das condições da vida para níveis que pareciam condenados a ignorar.

Bom será que os vastos interesses ligados a estes nacionalismos, encontrem em Londres todas as vozes de que precisam para evitarem que os países com grandes multidões de desempregados e forte desequilíbrio orçamental esqueçam a sua existência e importância. De outra forma não haverá justiça na paz que se fizer: todos os povos que poderiam viver quasi sobre si, modestamente talvez mas sem sobressaltos, serão sacrificados. Esperemos que isto não aconteça.

A política de mútua integração do comércio de todas as partes do Império é, digamos assim, a parte inicial da obra ultramarina a realizar no domínio económico. Mas para além dela, fica toda a obra da nossa colonização.

Desaparecida a escola dos grandes administradores coloniais que de António Enes e Mousinho vem até Freire de Andrade — para só falar dos mortos — a tarefa da colonização portuguesa baixou de tom. O ritmo heroico, o sentido de grandeza que a animavam e que lhe vinha da inspiração dos chefes, perdeu-se. Ficou o colono humilde a lutar contra um exército de adversidades. João Belo reatou o quebrado fio do idealismo ultramarino. Mas hoje ainda, como todos os países que durante muito tempo e a sério não cuidaram da formação do seu escol dirigente, sentimos, em muitos pontos, a falta de elementos que nas actividades administrativas ou técnicas dêem execução ao pensamento colonial português. Sei que quasi todas as nações colonizadoras sentem, como nós esta falta. Mas as tradições ultramarinas de Portugal obrigam-no a servir de guia, — a dar exemplo e não a receber lições.

Consideremos ainda que estão mal estudadas ou são desconhecidas as condições em que pode desenvolver-se uma obra de fomento e de fixação de novos colonos em África. Tudo é incerto nessa matéria. Com as brigadas nomeadas pelo sr. dr. Oliveira Salazar na sua brilhante passagem pelo Ministério das Colónias iniciou-se em Angola esse indispensável trabalho — que preciso seria continuar persistentemente. De outra maneira arriscamo-nos a cometer erros que mais tarde provoquem o riso ou o desespero.

A reunião de qualquer das duas ordens de elementos de acção referidos exige não só o dispêndio de elevadas quantias mas, o que é mais, longos períodos de tempo. Eu sei que há os apressados, os que têm mil soluções prontas para tudo, os milagreiros e os que nada tendo feito quando o podiam fazer têm interesse em que se suponha que nada se faz porque se não faz em um momento para o outro. Temos de os sofrer, enquanto caminhamos procurando chamar à razão os que estiverem de boa fé, desprezando os restantes.

Sei também que neste como noutros países muitos sonham com grandes levas de brancos de daqui vão para se estabelecerem em África, custeados pelo orçamento, isto é, pelo contribuinte. A esses tem de recomendar-se que atentem nas experiências que já fizemos e nos seus esqueléticos resultados. Em vez de criarmos colonos, elementos de útil iniciativa e de audaciosa criação de riqueza, fizemos empregados públicos, — sem repartição. Como disse António Enes em 93, assegurar-lhes alojamento à custa do Estado seria possível, mas não ocupação. Julgo que a colonização não é uma forma de assistência. Não se dirigem emigrações ao sabor das teorias; é preciso criar as condições que as atraem e é isso trabalho árduo, demorado e caro. É indispensável iniciá-lo? Sem dúvida — mas devagar e com sentido das proporções. Temos pressa e não podemos desperdiçar dinheiro.

Deve vincar-se contudo que uma corrente considerável de opinião entende que a fixação de grandes massas de europeus em África constituiu na nossa obra colonial, o problema que sobre todos deve primar. Chegam a confundir-lo com a própria colonização. Supõem esses que é possível sob os trópicos fazer medrar uma sociedade branca sem capital ou apenas amparada ao pequeno crédito que o país lhe pode oferecer. Imaginam que sob o sol de África gente da nossa raça trabalhará sem maior incómodo do que na Beira e no Alentejo e que as comunidades europeias se podem, mais ou menos, em toda a parte reproduzir e multiplicar, pulverizando-se pelos campos, como nos Estados Unidos aconteceu no século passado.

Creio que tem uma boa parte de erro este modo de conceber a nossa colonização. Nós temos por agora sobretudo que dar à África o capital e o salário que ali faltam. Devemos fornecer-lhe os quadros da indústria, do comércio e em primeira linha os da agricultura. Técnicos que dirijam grandes empresas mas principalmente técnicos que tomem conta das pequenas ou médias explorações rurais são os elementos de que ali mais precisamos. Gente que chegue desprovida de saber e de capital não faz falta em África: dessa temos lá milhões. Não estamos em situação de gastar dinheiro a transporta-los — e depois por força das coisas, a repatriá-los. A terra pode dar muito — mas para o dar reclama ciência e experiência, trabalho aturado e dinheiro aplicado com muito critério e economia. A colonização não é uma cavalgada: exige uma larga e metódica preparação.

Vai isto contra as ideias mais geralmente aceites? Talvez. Mas a verdade não é a expressão de uma maioria numérica. A voz das indústrias europeias em crise e que tão alto falam, tem de opor-se os interesses da colonização, que quasi não encontram quem os interprete nesta obra em que já se pensa em chamar rapidamente à civilização a África equatorial pelo método das conferências internacionais em que como todos sabem, deu já fecundos resultados.

É bem certo que temos um Mundo novo a erguer por nossas mãos; mas temos ao mesmo tempo, de destruir outro de ideias falsas.

No sentido de dar às colónias de África os quadros técnicos que lhe faltam se deve dirigir por agora a parte mais activa do nosso esforço de fixação de colonos.

Ao lado desta, como tarefa essencial, mas dela dependente, cumpre-nos elevar a vida do negro para níveis de necessidades morais e materiais sucessivamente mais altos.

O contacto com o europeu, facilitado por milhares de quilómetros de estradas e de caminhos de ferro, interessou já na nossa civilização multidões imensas em todo o território africano. Nas escolas ou missões, nas explorações agrícolas ou pecuárias, no contacto com os nossos técnicos e demonstradores, o preto tem aprendido formas superiores de trabalho e necessidades desconhecidas; compreendem que ricas e insuspeitas paisagens existem para além dos acanhados horizontes da sua existência. Algumas vezes a ansia de viver arrancou-o ao quadro das sociedades negras, secularmente organizadas dentro de superstições, ideias e formas de disciplina que só agora começam a ser abaladas. Não é em regra negro que mereça fundo interesse o dêste desenraizado. Contudo, o seu caso, que vai sendo abundante, mostra-nos que existem largas possibilidades de adaptação a uma vida melhor.

Mais uma parte das sociedades negras, por toda a África, permanece imóvel dentro dos moldes da sua velha organização. Algumas vezes a extrema pobreza, noutras a impiedosa opressão de tribus vencedoras, reduziu a sua vida a formas puramente animais. Nenhum sopro de ambição ou de reforma as anima. Diante do milagre da penetração da selva pelo branco permanecem insensíveis. A sua nudez externa é o espelho da sua nudez moral.

¿Estará ainda o europeu a tempo de salvar da morte essas sociedades, que parece só por ela esperam? Julgo que a selecção irá operando os seus efeitos e que, dentro de poucas dezenas de anos, da face da terra terão desaparecido as raças negras que não puderam escalar as ásperas sendas da civilização. Mas as outras salvar-se-ão — raças de nobres combatentes, aptas para enfrentarem lódas as lutas e sacrifícios, raças com forte sentimento de honra e de dignidade colectiva, raças capazes de compreenderem a beleza de uma disciplina e de a ela se sujeitarem, raças que no Império saberão ser portuguesas e que como tal desde já irredutivelmente se consideram. A maioria dos povos negros ficará — para povoar a selva, dando à Pátria os trabalhadores agrícolas e soldados que em África lhe são precisos — soldados de tropa negra que à história de Portugal já estão ligados por páginas da mais pura glória.

Ora, meus senhores, os critérios de Bolsa e indústria com que, nas últimas dezenas de anos, tem sido orientada a actividade colonial dos grandes países, desviaram-nos das preocupações de humanidade que a devem inspirar. O que ganhou na ordem técnica, perdeu-o na ordem moral. Somos talvez o país a que menos culpas podem ser imputadas. Desde velho tempo que, na expansão

da grei por terras longínquas temos presente a ordem de D. Sebastião ao grande Vice-Rei da Índia D. Diniz de Ataíde: "Fazei muita cristandade; fazei justiça... A êsse comando de alta espiritualidade temos sabido permanecer fiéis através dos séculos. Podemos por isso servir de juizes nesta causa.

Cometeu-se no nosso tempo um erro de incalculáveis repercussões quando, na ânsia de encontrar dividendos e de chegar depressa ao fim em matéria de trabalhos públicos, as nações sacrificaram a liberdade de trabalho do negro, rompendo os quadros da sua vida familiar, separando-o das instituições que tradicionalmente o amparavam, dando-lhe por companheiros de outras tribus, com costumes diversos, outras crenças, outras tradições, anarquizando assim a sua vida social. Ao regressar às vezes depois de longa ausência, está moralmente longe dos seus — como longe está do branco, que dele viu apenas o braço que lhe faltava, o instrumento da sua ambição e que, acabada a tarefa, o repele desamparado para a selva, onde já não tem raízes.

Mau método. O dado essencial da colonização é de ordem humana — isto é: de natureza espiritual. Com fracos recursos militares dominamos milhões de indígenas, porque representamos a protecção que eles querem e que respeitam, porque os respeitamos nas suas aspirações e cremos profundas. Tirem êste elemento moral e lèrão na sua frente a revolta cega.

Importa mais que tudo — acentuo bem êste ponto — ao futuro da colonização levantar claramente esta questão. Interessa-nos modificar a vida indígena, aproximando-a da nossa fazendo-a evolucionar, primeiro dentro da sua disciplina própria, depois dentro das instituições que habilmente lhe sobrepuzermos. Não imaginemos que é possível a brusca passagem das suas superstições para a nossa civilização. Para chegarmos ao que somos, antes de nós centenas de gerações lutaram, sofreram, aprenderam minuto a minuto, nas fontes da vida, os seus mais íntimos segredos. É impossível, que de um salto, elles transponham esta distância de séculos.

Mas cumpre-nos ensina-los — para que comnosco aprendam a trabalhar transmitindo-lhes a nossa experiência e o nosso saber, sem os deixarmos transviar e desanimar — e sobretudo sem os deixarmos enganar por gente sem escrúpulos ou explorar por gananciosos.

Por instinto seguro o colono português pratica esta política. Mas é preciso que os governos coloniais, persistindo no caminho já aberto, a transformem em ponto fundamental de acção — por sentimento e por interesse.

Repare-se efectivamente que basta que nas sociedades negras se crie uma necessidade nova, ou seja em matéria de vestuário, de alimentação ou de saúde, para que as indústrias nacionais lhe sintam imediatamente os efeitos adquirindo milhões de consumidores. A política da intensificação da assistência agrícola ao negro é a mais enérgica propulsora do trabalho metropolitano — e da produção colonial.

Onerem o futuro com caras obras de fomento; transplientem para os trópicos milhares de europeus; realizem experiências custosas em matéria de instalações de brancos: e eu afirmo que, com todas essas despesas e trabalhos, não conseguirão resultados que se aproximem sequer dos que, com meios mais modestos, podem obter ensinando o preto a trabalhar e interessando-o na constante exploração da terra.

Êste é o verdadeiro sentido da colonização. Criou-se na Europa, por força de hábil propaganda de certas grandes indústrias, uma opinião pública que o ignora, supondo-a presa apenas ao trabalho, à iniciativa, à persistência do branco. Que as empresas que têm os seus interesses ligados à directriz industrial da colonização pretendam manter nesse engano a opinião, compreende-se. Mas nós nem sequer temos em Portugal um desses organismos. Já é tempo de deixarmos de formar a nossa opinião pelo modelo que gasto, velho e feio nos vem de longe.

Tanto como a assistência agrícola ao indígena, a assistência sanitária é elemento basilar da nossa colonização, direi mesmo condição essencial de progresso.

Perseguidos sem tréguas por mil doenças, os povos nativos, abandonados aos minguidos recursos do seu saber, depressa pereceriam se a ciência do europeu não viesse em sua ajuda. Travamos nas mais inhóspitas regiões, combate encarniçado contra elas. Vai dura a luta — com seus heróis e suas vítimas. É preciso continuá-la e sem descanso alargá-la, multiplicando os meios de acção. O médico é hoje o primeiro agente da nossa obra colonizadora: veiu substituir o soldado.

Só ele pode parar a baixa da natalidade negra, rejuvenescer a raça, dar-lhe a saúde e o vigor que sob os mais rudes climas vai faltando.

A assistência sanitária ao indígena é, no nosso tempo, o verdadeiro sinal da nobreza de uma colonização.

Noutro tempo, tomavam os Reis para si o título de protectores da Fé — quere dizer o mais alto ideal humano. Se aos governadores das Colónias de África e Timor eu quizesse dar um título que marcasse bem a espiritualidade que no exercício da sua alta

função os deve guiar, eu chamar-lhes-ia — imitando o lindo dizer antigo — Governadores das Colónias, protectores dos indígenas.

Pouco me resta a dizer.

Recebemos do passado um património imenso e rico — de gente, de recursos, de tradições. Através das mil vicissitudes da História, enquanto nasciam, ruíam e se retaziavam impérios, trouxe-mo-lo até nossos dias.

Por êle morreram heróis sem conto. Confiado hoje à nossa guarda, temos de o transmitir à geração que vem, intacto na sua grandeza territorial e moral. Estamos em situação de falar de olhos nos olhos a quem quer que seja. Foram varridos todos os grandes argumentos que no Mundo podiam ser invocados contra nós. Já não somos o país mau pagador. Damos exemplos de pontualidade e rigor no cumprimento dos contratos. Não temos que pedir desculpa a ninguém por existirmos. Tudo o que sob a nossa soberania está foi conquistado há muito, regado com sangue português, cuidado pacientemente, desbravado dia a dia, enriquecido com o trabalho de hora, feito nosso — ganhando o coração da gente.

Na colonização os nossos métodos evitaram-nos os riscos e os transe porque passam tantos outros; as nossas virtudes garantiram à obra portuguesa uma solidez que a riqueza e a força só a custo deram a alguns; soubemos pôr nas nossas realizações um sentido de proporção e de medida que a muitos faltou.

E agora, sôbre as ruínas das nossas dissensões internas levanta-se já a doce figura da Pátria imortal.

Tudo isto enriqueceu a Nação com tal autoridade que, olhando, não os feitos do passado mas os trabalhos do presente, honradamente pode afirmar intacto o património que recebeu da História e que é à sua vontade firme e reflectida nunca transigir em matéria colonial, diante daquilo que entende ser direito ser inviolável.

* * *

Ao findar cumpre agradecer a V. Ex.^a, sr. Presidente da República a grande honra de haver presidido a esta sessão. A presença de V. Ex.^a patenteando o interesse com que o mais alto magistrado da Nação segue a vida das Colónias, deu a êste acto uma solididade e um brilho a que, de outro modo, nunca poderia aspirar.

As palavras de tão justo e sentido patriotismo que V. Ex.^a, sr. Presidente do Conselho pronunciou, constituem uma preciosa reserva espiritual que não se desvanecerá. Não cumpre agradecer-las. Mas em nome de todos os que nas Colónias vêm a mais alta esperança do País, sublinho a sua importância e significado.

A Nação, de novo senhora do seu destino pela obra de ressurreição nestes poucos anos efectuada, confia no futuro: restituída a fé, cre que, em período curto, em todos os campos será exemplo de Nações.

Guiada pelo magnífico Chefe que em V. Ex.^a reconhece — sr. Presidente do Conselho — esta geração há-de legar aos vindouros uma das mais lindas e nobres pátrias da terra!.

As últimas palavras do sr. dr. Armindo Monteiro foram abafadas por uma vibrante salva de palmas, que se prolongou durante um minuto.

Ouviram-se de novo, alguns "vivas", ao sr. Ministro das Colónias, Chefes do Estado e do Governo, à Pátria e à República.

ANGOLA

O próximo número da "Portugal Colonial" será dedicado à colônia de Angola.

Além das suas habituais secções publicará uma interessante colaboração da "Associação dos Comerciantes de Angola residentes na Metrópole".

“Como eu descobri a África”



A Conferência do sr. António Eça de Queiroz realizada no dia 3 de Junho no Teatro Nacional

Inaugurou-se no dia 3 no teatro Nacional a série de conferências literárias sobre assuntos coloniais organizada pelo «Jornal do Comércio e das Colónias». Foi conferente o brilhante jornalista António Eça de Queiroz e a conferência constituiu um êxito digno do seu nome e do seu espírito. A «Portugal Colonial» para que os seus leitores das colónias a possam apreciar tem a honra de a arquivar nas suas colunas.

MINHAS Senhoras, meus Senhores:

A minha imprudência, para não dizer a minha impertinência, é notável.

¿Que faço eu aqui? ¿Que importância, que conhecimentos tenho eu para tomar a palavra antes de oradores como Agostinho de Campos, de coloniais como João de Almeida, Norton de Matos, Lopo Vaz de Sampaio e Melo e tenente Henrique Galvão?... sou apenas um atrevido, animado da melhor boa vontade.

Entre o meu auditório parece-me ouvir correr um sussurro de estranheza, de certa ironia mesmo, e julgo adivinhar o que dizem:

— ¿Que sabe o António Eça de Queiroz acerca das colónias portuguesas?

— ¿Que poderá êle contar-nos que tenha o menor interesse?

As perguntas são razoáveis, e devo-lhes uma resposta que será a minha desculpa.

Na verdade, das Colónias Portuguesas pouco sei, e êsse pouco, é de origem recente. Quanto ao que lhes vou contar... Meu Deus... o que calhar, um pouco ao acaso, o melhor que o souber fazer, a respeito daquilo que ví durante uma jornada de meio ano, por S. Tomé e Príncipe, por Angola e Moçambique.

Eu vivi, até 23 de Abril de 1932, como vive a grande maioria dos portugueses na mais vergonhosa, na mais expressa das ignorâncias a respeito do nosso Império de Além-Mar.

Sabia, é certo, da sua existência, via-o, por vezes, em côr de rosa ou verde ao folhear um Atlas, e estava vagamente familiarizado com os seus contornos; as ilhas uns pontos, Angola um quadrado irregular, Moçambique uma coisa cheia de picos caprichosos. Servia-me para afirmar por vezes, diante de estrangeiros orgulhosos, que éramos a terceira potência colonial... ¡não me servia para mais nada! Não o conhecia, nem na sua história, nem na sua geografia, nem nos seus costumes, nem nas suas riquezas, nem nas suas possibilidades.

Já vêem V. Ex.^{as} que tenho pelo menos o mérito da sinceridade.

Lourenço Marques era-me familiar devido às

descrições de amigos que me gabavam a excelência dos «cock-tails» do Polana Hotel. Luanda ligava-se para mim a ideias sinistras de degredados e a aventuras com pacaças (as pacaças são um búfalo de mau génio que fazem a glória dos caçadores). O Lobito não tinha segredos para mim porque tenho amigos que trabalham no Caminho de Ferro de Benguela.

O Cuamato e os Dembos eram regiões cujo nome não esquecia devido às expedições e às batalhas honrosas que nelas se travaram. Marracuene, Magul, Chaimite associavam-se na minha memória com a lembrança do Gungunhana e dos altos feitos de Mouzinho.

Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, António Enes, Aires de Ornelas, e mais longe os gran-



António Eça de Queiroz

des descobridores, eram nomes que eu admirava e que citava com orgulho quando necessitava dar uma prova da nossa capacidade de heroísmo...

Estes conhecimentos de ordem dispersa é que formavam tóda a minha bagagem de história e geografia colonial...

Muito para além disto não ia a minha ciência... ¡Devemos confessar por mais que nos pese que era uma ciência anémica!

Rios, cidades, serras, populações, condições naturais, tudo isso formava no meu espírito uma nuvem que mais se adensava à medida que os anos me distanciavam dos tempos dos liceus, onde os meus pro-

fessores me tinham dado algumas noções, meramente elementares, de tudo quanto possuimos de soberbo em continentes longínquos.

De resto, a sorte das colónias não me preocupava. Quási nunca pensava nelas e era preciso que a imprensa me trouxesse notícias duma daquelas ameaças periódicas de cubiça alheia, para eu me sentir, súbitamente, animado do mais ardente patriotismo imperial e para eu vituperar, sem sombras de razão, o govêrno inocente que tolerava tamanha insolência!

Ignorava tudo das colónias... não dava um passo por elas, e berrava como um possesso se alguém pretendia bulir-lhes.

À parte isso os meus conhecimentos eram envoltos numa bruma de fantasia romântica. Sonhava florestas virgens, vastidões de capim salpicadas de leões, girafas, elefantes, tôda uma fauna cruel vivendo entre uma flora estranha, sob um sol esmagador, com ocos rumores de tam-tam e de batuques na distância e tôda uma trama de revoltas, de aventuras, de diamantes, de febres e deportados!

Mea culpa! Mea culpa! Tenhamos contrição! Aquilo que me consola é que, em Portugal, eram e são legião os que comigo deviam fazer penitência e bater no peito repetindo:

Mea culpa!

As colónias estiveram muito tempo, para a grande maioria dos portugueses, como certas grandes herdades do Alentejo estavam para os seus proprietários. Terrenos vagos que para ali jaziam, que não rendiam nada, que eram insalubres e áridos, e que hoje são, para êsses proprietários assediados pela crise, o «Pão nosso de cada dia»!

Devo dizer, em abôno da verdade, que a culpa de tanta ignorância não é unicamente nossa. Pecamos, é certo, por falta de intuição e de curiosidade, mas ninguém se deu ao trabalho de despertar em nós essa curiosidade. Não nos ensinaram nada. Da instrução primária, aos cursos superiores sempre nos falaram das colónias com um tal despreendimento, uma tão notável falta de interêsse que a nossa ignorância se tornou fatal e desculpável. Acostumámo-nos, por tal forma, a ouvir falar de África como «Terra do degrêdo» que, naturalmente, nunca nos atraíu; e a propaganda colonial foi sempre tão sistematicamente esquecida, até há bem pouco tempo, nos planos de govêrno, que se compreende, facilmente, que os moços das escolas, preocupados com a matéria dos seus exames, se não dessem ao penoso trabalho de juntar à soma dos seus estudos a parcela desatendida do estudo das colónias!

Assim era eu, um ignorante... não me envergonho dizê-lo publicamente, porque... já o sou muito menos—a ignorância só se confessa sorrindo quando é coisa do passado.

Há um ano, contudo, uma oportunidade excelente cruzou o meu caminho. Convidaram-me a ir à África... Não hesitei um segundo... Corri ao alfaiate, mandei talhar fatos de linho, adquiri um pacote, ensebei as botas altas, comprei dois livros sobre Angola e Moçambique, um caderno de apontamentos e um frasco de quinino, resolvi correr o risco dos leões e parti! Eu, Português; a descobrir a África Portuguesa.— E descobri-a!— Porque, para mim, foi uma descoberta e uma revelação.

É isto que ainda hoje falta a um sem número de portugueses—descobrir as colónias portuguesas, para

as amar, para auxiliar a sua causa e desenvolver as suas riquezas, e as tornar prósperas, grandes e fortes, tornando-se com elas prósperos, grandes e fortes!

Por isto se organizou esta série de conferências, por isto aqui virão falar homens célebres na eloquência ou na experiência colonial, e soldados que as conhecem e por elas se bateram. Por isto aqui me encontro, eu, que não valho nada, a falar como um apóstolo de uma nova fé, para animar aqueles que eram, como eu o era, ignorantes e preguiçosos, para entusiasmar os novos e os levar a voltarem a sua actividade nascente para os imensos territórios de Além-Mar, e tôdas as suas energias para o desenvolvimento das soberbas e distantes regiões, onde o valor de nobres portugueses cravou para sempre a bandeira de Portugal!

Feitas estas confissões e demonstradas estas ambições, fico, perante V. Ex.^{as} em péssima situação.

O meu desejo e a minha obrigação seriam mostrar-lhes África com aquele desenvolvimento que vem do conhecimento exacto.

A minha ignorância inutiliza o meu desejo.

Da África só lhes posso contar aquilo que eu vi e que pude notar durante uma curta viagem em que, por assim dizer, nunca me demorei mais de dois ou três dias no mesmo sítio.

Mas colhi uma impressão de conjunto formidável e grandiosa e ganhei um sentimento de orgulho magnífico à medida que caminhava e que atrás de vastos horizontes portugueses eu descobria novos horizontes portugueses.

Quarenta e tantos dias andei por terras de Angola, quarenta e tantos dias por terras de Moçambique... Vinte mil quilómetros de estradas, dezenas e dezenas de cidades e vilas, monumentos, emprêsas, plantações, percorrendo aos zig-zags quási todos os imensos distritos das duas imensas províncias... Uma imensidade... e tôda portuguesa!

Dia atrás de dia, ao termo de enormes caminhadas chegávamos aos povoados, éramos recebidos com vivas, escutávamos, impressionados, o toque de continência e víamos, batendo ao vento, no tópo do mastro de honra a bandeira portuguesa!...

Ressente-se um sentimento forte de orgulhosa posse quando se assiste, tão longe de Portugal, a esta confirmação do nome de Portugal, através de milhões de quilómetros quadrados de terreno que é nosso!

São estas impressões que eu desejaria traduzir para V. Ex.^{as}. Gostava que saíssem daqui um pouco comovidos, um pouco deslumbrados pelo desfilar dos quadros surpreendentes, que a minha palavra, infelizmente, só pode deslustrar.

Com rumo ao Sul, cabeceando com indolente majestade entre o eterno avanço das ondas do Atlântico, já para baixo da Ilha da Madeira... que ainda é Metrópole... uma parcela deslumbrante e famosa da Metrópole, navegámos longos dias.

A safira do Atlântico das costas portuguesas tomou as tonalidades ricas das esmeraldas à medida que descemos para o Equador.

O Pico de Tenerife espreitou entre as nuvens, reluzindo por uns momentos com fulgores de pedra preciosa.

A costa da Serra Leoa, tenebrosa e hostil, apa-receu-nos na distância sob o seu manto eterno de tormentas. De noite os relâmpagos não cessam, e o

surdo rumor dos trovões rola ininterruptamente. O Oceano é uma vastidão oleosa e tranqüila.

O aparecimento duma baleia, a debandada dos peixes voadores, os jogos das toninhas, rompem, por instantes, a monotonia da viagem.

Depois, ao alvorecer, certa madrugada de infinita pureza, avistámos a curtas milhas um espectáculo feérico.

É uma ilha de perfil agreste, de beleza rara e singular, mordida profundamente por baías e enseadas, franjada duma orla de espuma, que cresce aos nossos olhos!

É o Príncipe! A 5.000 quilómetros de Portugal é outra vez Portugal!

Pode parecer que não é nada, que não tem a menor importância moral... Não terá, para quem não guarda na alma o sentimento da Terra-Mãe. Para mim, e em volta de mim, para todos, foi uma estranha e doce sensação... Como que uma chegada a casa... à nossa casa!

É olhava... Olhava maravilhado para a grande beleza que subia, se detalhava, no horizonte. Montanhas íngremes, quebradas abruptas, um esplendor de verduras... e pensava... Tem graça! Isto também é meu... sou maior proprietário do que julgava. E era só o Príncipe! Uma pequena ilha portuguesa perdida na imensidade do Atlântico equatorial... Horas mais tarde já era S. Tomé... mais um prolongamento da Pátria a tremendas distâncias de Portugal!

S. Tomé e Príncipe! Eu só sabia, dum modo vago, que produziam cacau e que vários amigos meus andavam de automóvel por Lisboa à custa desse cacau.

Tinham-me dito que eram formosas, mas ao vê-las, e depois ao percorrê-las, vi que não fazia, nem a mais leve ideia da sua exuberante formosura, da sua prodigiosa beleza.

Ambas aquelas ilhas são uma rara maravilha. Deus foi generoso quando as criou!

Imaginem em pleno Atlântico, sob os fogos do Equador, surdindo das grandes águas, uma erupção de verduras, verduras sumptuosas que correm do roxo ao ouro, tapetando os vales, forrando as quebradas, assaltando os morros e as montanhas!

Por toda a parte, entre as verduras claras e as verduras escuras flamejam grandes flores vermelhas ou amarelas e se avista uma riqueza de frutas.

Por sobre as ilhas encantadas pousa, como um véu pesado, um bafo morno de estufa. Um silêncio solene de catedral dorme sob as espessas frondes, e as sombras são de anil sobre os caminhos escarlates.

Que arvoredo! Que profusão, que dimensões! Da densa, louca vegetação rasteira, fetos frágeis, arbustos flexíveis, irrompem as bananeiras de folha larga, os leques das palmeiras, os lisos e claros troncos dos coqueiros emplumados, e a colonata assombrosa de árvores gigantescas que dominam, orgulhosamente, das suas corôas de folhagem, o viço da floresta, e cujas bases emergem da verdura inferior, elegantes e audaciosas como arco-botantes de catedral.

Depois são as plantações, a imensa riqueza, a fortuna das ilhas. Na penumbra luminosa e morna, mosqueada de sol, na eterna, quente humidade, perdendo-se de vista nas perspectivas da mata, e nos caprichos montanhosos, é o cacau. O arbusto estranho, de folha lustrosa, de frutos pegados ao tronco.

O cacau! A razão de ser de S. Tomé e Príncipe; a prova tangível e duradoura dum dos mais belos esforços do espírito colonial dos portugueses.

Os preços são de crise? As dificuldades enormes?... Sem dúvida! mas essa é a lei desta época desgraçada!... Não há mal que sempre dure... Os tempos hão-de mudar, e a enorme riqueza que os portugueses ali criaram, cultivaram, mantiveram, à custa de tanto trabalho e de tanto sacrifício, tornará a prosperar.

Só morrem as coisas inúteis. Uma obra inteligente pode sofrer duros golpes, que acaba sempre por ressurgir!

As plantações estendem-se por toda a parte. Raro é o canto que não foi aproveitado e cultivado e o cacau, a banana, o café, crescem e produzem com exuberância, em quantidade e qualidade!

Visitei algumas roças, muitas roças. Por toda a parte se trabalhava. Milhares de indígenas iam e vinham, garridamente ataviadas as mulheres na sua faina quotidiana.

Grandes e soberbas organizações, onde a hospitalidade é digna da opulência da terra.

Foi ali que comecei a descobrir a África Portuguesa. A lembrar-me que Portugal não ia só do Minho à costa luminosa do Algarve; e quando deixei as ilhas de S. Tomé e Príncipe, ao clamor ardente das ovações que despediam o Ministro das Colónias, eu, na minha insignificância, sorria-me com orgulho, murmurando:

Boas ilhas! Boa gente! Ricas propriedades de que sou, afinal de contas, também proprietário!

* * *

As ilhas encantadas de S. Tomé e Príncipe, ficam-nos a ré. O recorte violento dos seus picos frondosos perde-se no crepúsculo. O Cruzeiro do Sul sobe para o zenith. O grande barco soergue-se e galga as largas ondas do Atlântico equatorial com rumo a novas terras portuguesas.

* * *

A cem milhas da costa já tocamos areias de Angola! O mar tornou-se espesso e estende-se côr de barro; são terras de Angola que rolam no Oceano, impelidas pelas correntes do Zaire!

O Zaire! Foi aqui que Diogo Cão, em 1482, o primeiro de todos os brancos a desembarcar em Angola, ergueu um padrão de pedra e deu a Portugal a maior das suas colónias!

Desde esses tempos heróicos de descoberta e conquista, lutando contra forças infinitamente superiores; contra a oposição do gentio, a traição e o clima, e toda a crueldade selvagem daquelas terras negras, as pequenas hostes portuguesas fazendo:— Mais do que permitia a força humana—abriram a região, dominaram, pacificaram e civilizaram as tribus; propagaram a fé cristã, tornaram grande e respeitado o nome de Portugal; erigiram cidades e vilas; lavraram o solo e criaram a agricultura; descobriram os diamantes, o ouro, o cobre e o carvão; desbravaram a floresta; rasgaram estradas no mato; construíram caminhos de ferro, lançaram emprêsas comerciais; promulgaram leis generosas; edificaram, enfim, um dos mais belos e mais sólidos monumen-

tos de colonização que possam honrar a raça branca!

* * *

Angola! 1.300.000 quilómetros quadrados! Uma bagatela 14 vezes maior que Portugal... mas Portugal também! 1.300.000 quilómetros quadrados de planície e de pastagem onde prosperam as manadas de gado.—Montanhas e colinas tapetadas por densas e profundas florestas onde crescem as madeiras preciosas.—Vales generosos onde correm grandes rios que regam as culturas e fertilizam a terra.—Planaltos arejados de clima excelente onde o branco vive em condições europeas.—Terrenos férteis onde florescem as plantações que dão o trigo, o milho e todo o cereal, o café, o algodão e o açúcar; o sisal que é como a piteira dos nossos caminhos rústicos e com que se fazem as cordas, se tecem redes de pesca e tapetes de desenho curioso.—Vastos arcaís onde a palmeira e o coqueiro sacodem os seus penachos farfalhando com doçura nas brisas quentes ou silvando nas loucas borrascas e que nos dão os óleos e a copra.—Imensidades bravias que a caça percorre em bandos inumeráveis e que só esperam pelo braço que guia o arado!

Desembarquei, e se sentira crescer Portugal em S. Tomé e Príncipe, senti-o gigantesco ao percorrer Angola... Aquilo não acabava nunca! Era prodigioso de grandeza, enorme de possibilidades... E tudo era Portugal, nosso... meu!

Vi as cidades... Algumas podiam ser melhores... mas perdoei-lhes certas misérias e certas deficiências... eram minhas!

Luanda... É talvez melhor não insistirmos com Luanda.—Luanda não prima nem pela beleza nem pelo arrumo, nem pelo conforto. Agarrada ao seu morro escavado, ressequido, de triste vegetação tem apenas o mérito do esforço que representa e das tentativas que faz para se embelezar.

Mossâmedes mete medo, encolhida junto ao mar, encostada ao deserto, esmagada sob o sol!

Benguela é uma cidade da província portuguesa, activa e populosa e cheia de ambições que há-de realizar.

Mas o Lobito é lindo e é uma promessa, com a sua restinga que entra peio mar onde, entre jardins, se erguem casas janotas; e com o seu pôrto magnífico ressoante de trabalho, que não tardará em ser um dos melhores de toda a África!

O Huambo, ainda indeciso, nasce e cresce e povoa-se.

O Lubango rente a altas montanhas, numa paisagem fresca é uma cidade alegre, luminosa, varrida por aragens agrestes, próspera e cheia de vida.

E pelo interior visitei vilas inúmeras; mais ricas ou mais pobres todas, para mim, foram uma grata surpresa... Era, em cada uma, como se chegasse a casa... Sentimento muito doce de acolhimento amigo!

Vasta como é Angola, cruzei-a de Norte a Sul, cruzei-a de Oeste a Leste, facilmente, sem cansaças, em plena segurança, rodando de automóvel!

São 30.000 quilómetros de estradas rasgadas pelo mato! Na sua maioria que excelentes estradas, largas, lisas, bem cuidadas, bem sinalizadas. Saltam os rios numerosos, ora com o auxílio de pontes, umas monumentais de ferro e de pedra, outras bem pito-

rescas de toros de madeira, que ressaltam com estrépito à passagem dos carros, ora em curiosas jangadas que os negros alam ou impelen à vara cantando toadas bárbaras!

Mais um grande triunfo do esforço português estas estradas de Angola! Sem elas tudo aquilo seria ainda do negro e um risco de morte para o europeu!

Pela imensa rede das infindáveis estradas embrenhei-me e devassei o coração de Angola. Parei em muitas *sanzalas* (que são as aldeias indígenas), um terreiro de terra batida, umas dúzias de palhotas toscas, de teto ponteagudo; por vezes umas vagas pretensões de elegância primitiva naqueles tetos de colmo, uns desenhos ingénuos e rudes pintados nas paredes; no terreiro, mulheres com os filhos às costas pisando a raiz da mandioca em troncos escavados, homens acorados de joelhos à bôca, crianças barrigudas brincando na poeira, algum cachorro esquelético, alguns porcos e cabras. Chegávamos e era uma algazarra, um acontecimento. A gente primitiva, meia nua, recebia-nos ingenuamente, contente, rindo e dançando!

* * *

Foi de tudo quanto notei, aquilo que talvez mais me impressionou na África Portuguesa, quer fôsse em Angola quer fôsse em Moçambique. Esta alegria visível, esta aparência constante de simpatia sincera, de bom entendimento entre o negro e o branco português.

E posso falar assim sem o menor receio de contradição, porque estive no Congo Belga, na Rodésia Inglesa, no Nyassaland e na União Sul Africana... e não é a mesma coisa!

Não é que esses povos maltratem os seus indígenas, longe disso... esforçam-se por protegê-los e por civilizá-los, mas o método é mais duro, de-certo menos humano e ainda não colheram os frutos que nós colhemos!

Os indígenas de Angola e Moçambique são milhões. Muitos estão armados, com azagaias, com dardos, com setas e machados, não contando, para mais, com as facilidades do conhecimento do mato, que valem, sem dúvida alguma, muito armamento... Nós somos uns escassos milhares e contudo damos as ordens e ditamos a lei, e eles aceitam tudo sem nunca discutir, sem nunca serem forçados!

São amigáveis e respeitavelmente familiares, são prestáveis e corteses. Mostram nos o caminho quando nos estraviámos, acompanham as nossas expedições de caça, carregam os nossos fardos, servem-nos com prazer, e fazem tudo isto, sorrindo de bom humor!

¿! Como não ter orgulho e sentir contentamento ao ver esta grande vitória de colonização?! Mantemo-la sem violências ou pressão, pelo tacto, pela justiça, pela compreensão!

Eles são milhões! Milhões! E abrem as nossas estradas, trabalham no fundo das minas, alqueivam as nossas culturas, auxiliam-nos em tudo, obedecem e saúdam lealmente; e, por sobre as vastidões de Angola e Moçambique, quasi não existe um soldado, uma força que os obrigue!

E fomos acusados de fazer escravatura! Pois eu não acredito que exista sobre a terra um povo que saiba lidar com mais intuição e cordura com indígenas em terras tropicais, do que o povo português!...

Nem admira... Há 500 anos que lidamos com êles, foi tempo de sobejo para aprendermos, melhor do que ninguém, o espírito de colonização, brando e generoso, impossível aos povos fortes que apoiam a sua política colonial na força das baionetas, dos canhões e dos carros blindados!

* * *

As estradas de Angola! É preciso lá ir, percorrê-las longamente. Levam-nos a sítios formosos, selvagens e imponentes, ou calmos e cultivados!—Há de tudo. *Anfiaras* infindáveis douradas de capim; florestas que parecem parques rasgados de tranqüilas clareiras, florestas tenebrosas e de aspecto hostil; colinas e montanhas abruptas; rios claros entre margens frondosas. Eu vi as quedas grandiosas do Duque de Bragança, uma torrente de espuma rebilhando como neve, caíndo brutal e sonora entre um tumulto de verdura!

As altas serras da Chela, enormes e caprichosas, onde alvoradas e crepúsculos são estranhas maravilhas.

A frescura da Humpata a dois mil metros de altura, verde de luzernas, de grandes milheirais de pastagens onde as vacas retouçam, um recanto do Norte de Portugal em pleno coração africano.

Agüentei os tórridos calores da Cameia que parece um mar de capim sulcado pelas manadas de caça; as infinitas perspectivas do deserto de Mossamedes cortadas por arestas de granito de recorte assustador, onde persegui os antílopes ligeiros e as zebras assustadas, e onde me diverti com as ilusões da miragem. Andei pelas severas regiões do Cunene, áridas e melancólicas, onde cresce o monstruoso imbondeiro e onde os morros de *salalé*, a obra extraordinária de formigas, cobrem o terreno dos seus milhões de pirâmides.

Andei pelo planalto de Benguela, rico e salubre, que promete ao homem activo fartura e fortuna. Admirei os esplendores das terras de Amboim. Fui ao fundo da Lunda onde se extrai o diamante!

Na Kissama, ao Sul do Cuanza, conheci triunfos e terrores cinegéticos!

Cacei a palanca... Sejamos honestos, ajudei a caçar a palanca, que é um nobre e soberbo antílope, e o porco bravo, e gazelas de todos os feitios, e ao terceiro dia de caça, à tardinha, numa clareira, encontrei as célebres pacaças... e apanhei um susto! Anímais iracundos e poderosos iam chegando para mim e para os meus companheiros. Uma delas, levemente ferida, voltou-se contra nós... estávamos providencialmente metidos num automóvel! Desgraçado automóvel, voaram os faróis em estilhaços, os guarda-lamas torciam-se ao ímpeto das marradas... e eu amaldiçoava a minha sorte, e já rosnava o acto de contrição, errando tiro atrás de tiro, quando, um dos meus companheiros, mais destro, abateu a fera!

Tenho aqui a fotografia dessa pacaça impertinente, é um documento que não conta bem a verdade, pareço, junto à carcassa caída, um bravo caçador, mas, quando a tirei, ainda mal respirava!

Angola é um paraíso para caçadores. Por toda a parte eu vi caça em abundância... Regiões como a Mupa, Capelongo, Ruacanã, são viveiros de animais bravios; e é para todos os gostos, o heroico e destemido com o elefante, o rinoceronte, o leão e o búfalo, o andarilho de feitio mais pacato, com o gnu,

a girafa, a palanca, os antílopes e tôdas as gazelas; o amator de bons assados e canjas suculentas com os bandos incontáveis de galinhas do mato, de perizes, de tuas, e de rôlas.

Muito tiro dei eu, com resultados que por decôro prefiro não detalhar; mas, que importa, foram dias aventureiros, sadios e cheios de sensações, aqueles que passei no mato perseguindo caça grossa... grossa e quási sempre inofensiva.

Trilhei longamente, sob soalheiras tremendas, terrenos recobertos de matas de espinheiro, no rasto assustador duma passagem de elefantes... pègadas enormes, profundamente marcadas, sítios revoltos onde os gigantes se tinham espojado, alamedas de ramos espatifados, de árvores descascadas e rachadas, abertas pelos monstros, senti-os berrar na distância, e parado, ansioso, ouvi o grande rumor, longínquo, da marcha esmagadora da manada na floresta.

A beira duma lagoa, sumido num canavial, de carabina aperrada, atento, enervado, escutando as vozes da selva, esperei pelos gigantes... e os gigantes, clementes, não dignaram mostrar-se... Foi pena, de-certo, mas também foi um alívio...

Com leões só tive uma aventura... era de noite, em Moçambique; íamos magníficos, parecíamos uns faróis, focos eléctricos coroando as nossas testas, com os quais varríamos a confusão do mato. O automóvel rolava na estrada, interminavelmente... íamos aos leões e eu sentia bem a importância do caso... sonhava com façanhas. A cada olhar luminoso que se acendia nas trevas, o meu coração pulsava de esperanças inquietas... voltava a sonhar com façanhas, as pinceladas de luz dançavam como espectros no mato... de súbito, ouvi um tiro, e umas exclamações.

— Que foi?

— Homem! Um leão!

— Um leão? Onde?

— O quê? Não o viu?

Sonhando com façanhas eu tinha adormecido, não vira o leão...

Mas estas minhas desgraças não são para desanimar as almas aventureiras, elefantes e leões não faltam no Sul de África, e se os não encontrei foi só por falta de tempo!

* * *

Que bela jornada a minha! Foi, infelizmente, um pouco como num filme. Tudo passava a correr, mas, por toda a parte, à sombra da bandeira portuguesa, eu vi o esforço constante dos braços portugueses.

Épocas de prosperidade, épocas de crise e miséria... que importa... ontem mais ricos, hoje mais pobres, o colono encolhe os ombros e recomeça, com teima, com amor, com aquela fé que acaba sempre por vencer.

Paraísos? Regiões de fácil riqueza? Não! Nem Angola nem Moçambique são o Eldorado da lenda onde o homem se baixa para colher a fortuna.

Angola e Moçambique são, apenas, terras imensas de Portugal, cheias de bom e de mau, como as terras do mundo inteiro, mas, mais cheias de possibilidades do que a grande maioria das terras do mundo inteiro, porque, vírgens ainda em enormes extensões!

Há tanto que fazer para homens de boa vontade. Há tanto onde aplicar dinheiros que andam em risco no louco desequilíbrio económico da Europa.

Quanta actividade perdida em Portugal! Quanto esforço inútil e mal recompensado! Quanta derrota amarga na batalha da concorrência... e ao longe, além-mar, enormes e preciosas e quasi deshabitadas, prontas a receber gente e a energia, estão as nossas colónias!

E não pensamos nelas! Rapazes que nascem para a vida, interrogam-se inquietamente à procura de rumo, hesitam e tentam em busca de carreira, cheios de ilusões e cheios de boa vontade, de força e de saúde gastam-se, e cansam-se, e definham, e perdem a coragem à procura do emprêgo modesto que os há-de encerrar, durante as horas de sol nos sombrios escritórios! E quantos não conseguem e se vêem obrigados, revoltados e azedos, a lançar a mão a tudo para alcançar, ao termo dum trabalho inglório, micalhas apenas de pão!

E não se lembram de África, da terra generosa, que também é terra da Pátria, e que podia ser campo de acção e de triunfo para tanta, tanta gente!

Levado por este entusiasmo que cinco meses de colónias me meteram na alma, esqueço-me que estou aqui, não para dar conselhos, pois que para isso me falta autoridade, mas apenas como pintor de leves aguarelas.

Voltemos às minhas paisagens. Passemos a Moçambique!

Conheci o Congo Belga, as minas mortas da Katanga, a Rodésia Inglesa e as suas lindas cidades. Estive na União e em Johannesburgo que é o Bezerra de ouro... Fiquei um pouco melancólico... Que riqueza! Que grandeza! E entrei em Moçambique com inveja de estrangeiros!

Mas tive uma surpresa que depressa se transformou em grande entusiasmo.

Já desde a fronteira me alegrara com o aspecto das lindas estações. Limpas, claras, ajardinadas, com os seus empregados irrepreensivelmente fardados. Ao longo da linha férrea a paisagem era amável, ricas e lindas florestas, culturas, muitas culturas e grandes propriedades, um aspecto de boa ordenança e de prosperidade, e depois, triunfalmente, a cidade de Lourenço Marques!

Não esperava tanto, fiquei estupefacto e cheio de respeito.

Uma magnífica cidade! Uma cidade moderna, ampla, luminosa, alegre e bem traçada. Cheia de movimento e de actividade, de comércio, de indústria e de divertimentos!

Avenidas infindáveis, lisas como a palma da mão por onde, às centenas, fogem os automóveis e deslizam os eléctricos; parques formosos e de luxo, monumentos, grandes largos de nobres proporções; lojas elegantes; uma arquitectura amável que se esconde na graça, cheia de flores, de jardins exuberantes; magníficos hotéis... Quem é que não conhece de fama as glórias do Polana! A praia cheia de gente, alegre e muito janota, campos de golf e de tennis...

Uma soberba cidade que honra gloriosamente o nome de Portugal!

O seu pôrto magnífico, cheio de rumor dos navios à descarga, do silvo dos longos combóios que chegam do interior, e de mais longe, da União, carregados de mercadorias, é um centro do comércio mundial que cresce todos os dias.

Lourenço Marques, em suma, é uma bela cidade que pode competir sem receios de desvantagem com as poucas grandes cidades da União Sul Africana e dos Domínios Ingleses.

Gastei-me por ali, num repouso bem ganho, durante alguns dias deliciosos.

Ouvira dizer muita vez que Lourenço Marques era uma cidade quasi inglesa em que um português se não sentia em casa... Erro! Imaginação que é preciso desfazer. Lourenço Marques, é certo, sofreu uma influência inglesa, mas foi uma influência benéfica de maior civilização, de mais luxo, de maneiras de ser mais cosmopolitas que embelezam a cidade e em nada prejudicam a alma bem portuguesa que vive dentro dela.

Não é em Lourenço Marques que a Soberania Portuguesa sofre o desprimor de uma influência estranha! Não é em Lourenço Marques que um português sente a humilhação duma presença estranha que chega a fazer-lhe pensar que não está em Portugal, mas sim em terra alheia!... Esse estado de coisas existe em Moçambique, forçoso é dizê-lo por mais que nos peze, mas é mais ao Norte, mais ao Norte, em territórios sagrados de Manica e Sofala... Mas, como diz Kipling — isso é outra história — e em Lourenço Marques a bandeira portuguesa ondula e bate ao vento sem sombra que a cubra!

Os arredores da cidade são encantadores, cobertos de plantações, de fazendas, de grandes bosques claros.

Depois, pelo interior sem fim, por estradas magníficas, milhares e milhares de quilómetros de estradas, atravessando paisagens, por vezes surpreendentes, eu tive a grande ventura de percorrer a colónia. As imensas plantações de açúcar, que ondulam a perder de vista, densas e bem ordenadas, cercando as grandes fábricas ressoantes onde a cana é esmagada. As regiões do algodão dum verde acastanhado tôdas salpicadas como que de flocos de neve. Os formosos pomares onde se alinham aos milhares as bolas verdes das laranjeiras carregadas de esferas de ouro, os límoeiros sem conto que perfumam a atmosfera. Os campos disciplinados de sical verde claro. Para o Norte, na região encantada de Milange, no distrito de Quelimane, num cenário surpreendente de penedra e de montanha, fica-se maravilhado com a graça e a limpeza das culturas do chá e do tabaco. Para as bandas de Inhambane são rosários de lagoas azues, dormindo preciosamente entre colinas de veludo verde. Junto à costa, passámos, interminavelmente, nos enormes palmares onde as sombras são roxas sobre o terreno doirado!

E praias de areia fina, onde trovejam e morrem as grandes vagas do Índico, e vilas e cidades brancas e janotas onde a vida parece ser feliz!

Por onde passávamos assistíamos a batuques extraordinários, em Magude, em Zavala, em Inharime, assisti a espectáculos tremendos; quasi assustadores pela sua aparência louca e selvagem, impressionantes pelo eco que acordavam das sangrentas e gloriosas pejeas, curiosos e divertidos pela perfeita dis-

ciplina daqueles milhares de negros que a um simples gesto dum modesto administrador cessavam bruscamente as suas dansas bárbaras, rojando-se por terra, esfalfados e contentes!

Filas e mais filas de guerreiros emplumados, ataviados com peles de leopardo, com tangas e jarreiras de rabo de boi, coruscantes do brilho de mil anilhas de cobre, e dos fulgores de aço das suas azagaias!

Brandindo as suas armas e os escudos ovais brancos e fogo, brancos e negro, moviam-se a compasso do ôco rufo dos tam-tans, da melodia anciosa das marimbas e da toada lugubre, cortada de gritos agudos e das palmas cadenciadas das mulheres!

Mais alto e mais lugubre subia a melopeia, mais rápidas e ardentes soavam as notas anciosas e sempre repetidas dos tam-tans e das marimbas! Mais louco, mais frenético se movia o batuque! E zás! a um tempo, mil pés batiam duramente a terra! Fulguravam as azagaias e zás! a um tempo as hastes das lanças batiam nos escudos. Espectáculo estranho que parece um pesadelo, que aflige, que magoa e que prende!

* * *

E teimamos em arrastar em Portugal as vidas estreitas, abafadas e precárias. Gastamos os nervos e a saúde em esforços mil vezes inúteis para obter colocações. Acotovelamo-nos nas ruas e na vida por entre o ódio da concorrência e o excesso de gente.

E os financeiros procuram colocar capitais, fundar empresas, erguer fábricas numa Europa atafalhada de bancos e companhias, de consortium e de máquinias, e abafada pelos excessos de produção.

E os ricos tomam o sud ou o paquete e vão para Biarritz, para Cannes ou para o Lido, e gastam somas enormes em hotéis, em cock-tails e em sinistras patuscadas que tôdas se parecem, e que nem sequer lhes trazem o arrepio duma nova sensação!

E não se lembram de África, onde têm, para todos os gostos, tôdas as ambições e tôdas as energias dois milhões de quilómetros quadrados de propriedades suas que podem valorizar, e onde lhes prometo fartura de sensações!

Gente rica: Rapazes ricos! Há tantos por aí que, com o dinheiro que gastam em viagens sem graça nem novidade, deliravam, de-certo, nas matas e nas chanas de África numa atmosfera nova de força e de aventura, num cenário prodigioso, perseguindo a caça grossa, desde o ligeiro antilope, ao leão, ao elefante!

Que não dariam tantos, para surpreender, como eu os surpreendi, certa madrugada de glória, nos tãndos da Gorungoza, imóveis e magestosos, emergindo do nevoeiro baixo que se rasgava no capim, a orla da floresta, êsses monstros brutais, temidos e cubiçados por todos os caçadores — os bufalos negros do Cabo.

Acção rija para os moços rijos! Ah! o estalo dos tiros alegrando a manhã. A manada soberba galopando em fuga no contôrno da clareira. A paisagem estranha, a sensação dum perigo verdadeiro que nos torna animosos e destros, quando os brutos estacam e se voltam ameaçadoramente... As manhas, as manobras para o segundo ataque, e o sãdio

choque de orgulho e alegria quando os monstros vencidos rolam nas ervas altas!

Que não dariam tantos, por sair como eu saí, das sombras duma floresta africana, e parar, assombrado, diante da planície, uma planície sem fim, coberta de erva rala, de searas de capim, e verem na distância, cercando o horizonte, as manadas imensas, os bandos incontáveis de zebras, de gnus, de inhacosos, que são um soberbo antilope.

O vento leve varre a imensidade curvando e cavando o oceano de erva; garças, cegonhas e abutres, voa uma estranha e infinda passarada ou pal-milha nas margens dum charco imóvel onde, como troncos que afloram, dormem os jacarés.

As manadas, lentamente, dirigem-se para a água, milhares e milhares de cabeças, espectáculo assombroso! E quando soam os tiros, são as loucas debandadas, numa nuvem de poeira, num surdo trovão de unhas e de cascos batendo a terra dura.

Os acampamentos, a vida rústica do mato, as fogueiras nocturnas onde os negros secam a carne... O ronco assustador do leão na distância, o toque áspero de trombeta dos elefantes que passam, descendo para o rio, o riso da hiena, os olhos que se acendem nas trevas. As noites quentes dos trópicos e o cheiro acre das imensas queimadas que devoram as floresta... Sim, tudo isto vale bem, ao menos por uma vez, o casino de Biarritz e os contos de réis que se perdem ao «baccarat».

Para África! Para África!... A África que é nossa! A África que nos chama, a África que precisa de nós e de que nós precisamos.—A África para o financeiro, para o industrial, para o agricultor, a África para o aventureiro, para os rapazes com fibra e com sangue nas veias!

Para a África, portugueses! Descubram-na como eu a descobri, e como aprendi a querer-lhe, aprendam a querer-lhe também!!

AOS NOSSOS ASSINANTES EM AFRICA

Prevenimos os nossos estimáveis assinantes em Africa, com excepção de Angola, que o próximo número ser-lhes-há presente pelo correio á cobrança na importância de 48\$00 referente ao corrente ano, de suas assinaturas, excepção feita áqueles que estejam em atraso cujas importâncias serão outras.

Esperançada fica esta Administração no bom acolhimento que possa ser dado a esta cobrança.

A Administração

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

zes e sobretudo a demora dada a tôdas as soluções, a política do avestruz e do "guarda-chuva", que reinou bastante tempo de alto a baixo, tudo contribuiu para enegrecer a situação.

Quere isto dizer que não existe qualquer remédio?
Não, e tenho a firme convicção que o levantamento que se impõe é realizável, com a condição que se efectuem profundas modificações em toda a organização colonial e que por toda a parte, tanto na administração, como na gestão de numerosos assuntos, sejam applicados novos métodos.

Cada um de nós conhece a vantagem em que nos coloca a nossa situação geográfica e ninguém ignora que os percursos são bastante longos, desde os centros de produção da mais rica região, que são a P. O. e os Méléés, até ao pôrto de embarque.

O desenvolvimento extraordinário de negócios no período de prosperidade, a concorrência no recrutamento do pessoal indígena e até no pessoal branco, conduziram-nos a praticar uma política de altos salários, que nós somos os únicos a manter no domínio colonial.

O transporte por estrada, caminho de ferro ou barco é bastante elevado, pois que entre os exploradores que se encontram sem concorrência reina o espírito "estadaoal". O auxilio nacional prestado aos produtores é um expediente de crise, momentâneo e caro para a colectividade e não uma solução.

Isso não impede que, na importação, a indústria belga suporte a concorrência estrangeira que nos desapossa do mercado congolés.

Um só exemplo: os tecidos de algodão japoneses são vendidos por preços inferiores aos nossos preços de custo.

É esta, em poucas palavras, a situação das diferentes províncias congolésas.

O Katanga, tão rico nas suas explorações mineiras, tão invejado por contribuir com 65 % para os números da exportação, tornou-se, na província, mais miserável desde que as indústrias do importante grupo que preside aos seus destinos, entraram num doloroso sono, arrastando todos os pequenos organismos que viviam à sua volta e que participavam da sua prosperidade.

Quando acordará? Mesmo que tudo corra bem, não será tão depressa.

A miséria e a angústia são ali bem grandes e numerosos colonos, ou sejam brancos fixados definitivamente nesta terra de povoação, estão falhos de recursos.

O desaparecimento destes pequenos colonos seria um desastre bastante mais grave que o desaparecimento de certas empresas, pois elles são a base de todo o nosso futuro colonial.

Em certos pontos da fronteira da Rodésia e em Tenke, situada na linha do caminho de ferro de Elizabethville-Dilolo, os brancos instalaram-se em antigas cabanas indígenas abandonadas, ali vivem como primitivos e trocam o produto das suas caçadas por viveres de primeira necessidade.

O Governador de Katanga e Madame Heenen representam a Providência para todos estes desgraçados da região pelo seu magnifico espirito de altruismo e de auxilio mútuo, sendo necessário que se torne conhecido o modo como elles comprehendem o seu dever, bastando uma palavra para exprimir a grande admiração dos coloniais por estas encantadoras pessoas: Quando um Katangalense — expressão interessante empregada pelos coloniais — diz "o nosso", Governador e "a nossa", Madame Heenen é o mais belo elogio e o mais sincero reconhecimento que elle pode exprimir.

O Congo e os seus vizinhos

Transcrito do "Essor Colonial et Maritime"
de 1 de Junho de 1933

produtores do café Arábica estão satisfeitos, pois o resultado das vendas foi interessante.

Vale mais, julgo eu, não insistir na construção do caminho de ferro do Kivu, pois esqueceram-se de contar com o maciço de Kamaniola e também de efectuar um estacionamento preliminar dos trabalhos da linha. Quando os trabalhos actuais estiverem terminados ou a crise ou o Kivu terão vencido.

O Congo médio e o baixo Congo beneficiam da proximidade do mar e as suas indústrias, plantações e criações dão-lhes uma actividade relativa, pois homens sérios e sólidos presidem aos destinos dos assuntos da região.

O Mayumbe tão rico em explorações agrícolas, em explorações de florestas — que bem dirigidas devem render — é contido pouco feliz pois os preços do caminho de ferro fenómeno que serve estas regiões maravilhosas, são proibitivos. Tuda paga "ad valorem", tanto as mercadorias como os viajantes que são obrigados a utilizar-se desta via de comunicação, os quais por muito maltratados que sejam sentem-se felizes em chegar algumas vezes em bom estado ao seu destino.

O equipamento dos portos prossegue com método e serão suficientes para bastante tempo, mesmo para um tráfico muito intensificado.

A organização de Boma está actualmente bem delineada e de Matadi, que é uma maravilha, basta dizer que o corte de madeiras é dirigido pelos serviços técnicos dos Caminhos de Ferro do Congo, que têm como director M. Bouzin.

Nacionalmente falando, lastimando contudo a concorrência de Point Noire e do Congo-Oceano, posso dizer que esta não terá grande efeito directo — salvo se se der uma guerra de tarifas — sobre o rendimento da nossa via nacional, pois que os clientes franceses não intervêm senão com cerca de 10 % na tonelagem dos nossos transportes coloniais...

... Dir-lhes-ei que tive um choro de melancolia ao ver aquelas estacas lamentáveis que emergem ainda em Ango-Ango. Este erro de 50 milhões está guardado por um melancólico barco que parece, elle também, permanecer em letargo...
M. ME MIGEON.

O Tanganyka-Mocro está completamente abandonado. Só há alguns portugueses instalados ao longo do Lualaba que fumam peixe que compram e revendem por "troca", aos indígenas.

Admirei o esforço da Sociedade dos Caminhos de Ferro dos Grandes Lagos que conserva nas suas oficinas o maior número possível de trabalhadores negros especializados e faz o impossível para conservar intacto um material esplêndido e sem dúvida não igualado na Europa.

As grandes criações do Lomami dão actividade a esta província, pois que se o solo desta terra é ingrato, a região é rica em pastagens.

Quando digo que é o meu amigo Carlier o grande animador de todos os negócios desta região, comprehender-se-á que elles se possam manter, a-pesar-da diminuição de consumidores de carne de açougue — os brancos pela diminuição do número, os indígenas pela diminuição do poder de compra.

No Norte, o Nelé tão caro ao Governador Geral de Meulemeester e ao general Barão de Rennette, defende-se, pois a política agrícola começa ali a fazer sentir os seus efeitos e os meios de transporte são facilitados pelas melhores estradas coloniais que conheço e pelo excelente caminho de ferro vicinal de via larga, que atinge nesta altura um desenvolvimento de mais de 500 quilómetros.

O Ituri continua a conhecer a prosperidade, graças à riqueza impressionante das suas minas de ouro.

O Kivu tenta resistir pela sua agricultura e este ano os

C O L O N I A L

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A Conferência Imperial, após vários trabalhos preparatórios, tem hoje, em Lisboa, a sua sessão inaugural. E nunca, nos últimos cem anos a política colonial portuguesa teve uma expressão mais clara e mais nítida, mais afirmativa e mais inteligente.

Depois do período brilhantíssimo da ocupação — chama de glória que iluminou a primeira fase dum ressurgimento colonial e nos despertou da modorra secular que nos ia afundando — havia uma obra complementar de administração, de unificação, de reintegração a fazer e que as vicissitudes da política de grupos pulverizaram em lugares comuns, projectos, aspirações mal definidas, tropos sentimentais — tudo o que podia transformar-se em palavras e não alcançava traduzir-se em realizações.

E a esperança vaga num futuro melhor era tudo quanto existia de luminoso num Presente mau.

Entre tanta palavra sem sentido que se pronunciou, seria injusto occultar que houve ideias interessantes que se agitaram, entusiasmos sinceros que vibraram, pontos de vista inteligentes que se expuzeram, aspirações de puro patriotismo que se definiram. Simplesmente, nada disso teve poder de ser pratico, de realizar, de conduzir, de melhorar, moral e materialmente, a inferioridade insuportável da nossa acção.

Sentiu-se que as colónias deveriam ser prolongamentos de Portugal, parcelas indissociáveis da própria nação; definiu-se, por vezes, a ideia unitária; compreendeu-se, outras vezes, que uma aproximação efectiva entre a Metrópole e as Colónias, quer na ordem política, quer na ordem económica, era absolutamente necessária; enunciaram-se mesmo, mais do que uma vez, os meios que permitiriam alcançar os objectivos nacionais, em matéria colonial.

O que não aconteceu, infelizmente, foi traduzir-se numa acção ordenada e realizadora esse sentimento disperso do que era necessário fazer-se.

Quere dizer: a Nação tinha o sentido e a noção do seu desenvolvimento — a governação não correspondia aos interesses da Nação.

A Conferência de Governadores que hoje se inaugura é, antes de mais nada, a forma prática de ideias e aspirações nacionais, enunciadas e debatidas, mas que não tinham encontrado ainda o ponto de partida nem o seu lugar dentro dum programa de realizações.

Pela primeira vez, a Metrópole e as Colónias procuram organizar-se conjuntamente — pela primeira vez, a Nação realiza uma forma pratica do seu significado moral, politico e material.

As Conferências Imperiais, pertencem ao figurino inglês — e esse facto tem induzido em erro ou má comprehensão aqueles que, na forma e organização da Conferência Portuguesa de Governadores, desejariam ver um paralelo e uma semelhança com as Conferências do Império Britânico.

Ora, o que é verdade é que as diferenças são profundas e não podiam deixar de o ser. Se o facto da reunião de representantes de tôdas as colónias portuguesas é semelhante ao facto da reunião de representantes de todos os Domínios britânicos, os objectivos e o próprio espirito que orienta essas reuniões são inteiramente diferentes.

Enquanto a Inglaterra, dentro duma realidade de imperialismo económico, procura nas suas Conferências consolidar ou — o que tem sido o caso das últimas reuniões — manter simplesmente as vantagens de ordem económica que na unidade do Império tem encontrado, mas, apenas no rumo dum objectivo económico, que está definido mas que é ainda uma realidade, temos que organizar os elementos preparatórios e fundamentais duma economia imperial — demandarmos finalidades de ordem moral e politica que não têm

preocupado grandemente os orientadores da politica colonial inglesa.

Realmente, um estudo atento das Conferências Imperiais inglesas — puras e típicas manifestações duma politica colonial que tem subordinado todos os processos, toda a doutrina e toda a acção às superiores exigências dum plano económico — surpreende imediatamente pela facilidade com que a razão politica cede perante a razão de ordem económica. Não é o nosso caso, nem pode ser o nosso sistema.

Sempre que nas Conferências britânicas — e isso tem acontecido frequentemente, desde que elas se realizam — uma dificuldade de ordem puramente politica é levantada pelo próprio ritmo da marcha que os seus Domínios fazem para a independência, a Inglaterra cede em troca duma nova vantagem de ordem económica — ou, pelo menos, em troca da consolidação da estrutura económica do Império.

E, assim, às últimas Conferências inglesas poder-se-hia dar o nome apropriado de "Conferências de Pautas do Império Britânico".

Este é o sistema do povo que aceita que as suas colónias serão um dia países independentes, nos quais é necessário preparar a grande posição comercial do futuro — e que de certo modo, lhes facilita o caminho até à independência, sem desejar, todavia, que o dia da sua proclamação se precipite. Em resumo: O Império Britânico é um império puramente económico. Só nesta base a sua unidade é forte, real e amparada.

O Império Português é — ou será no desenvolvimento da politica que está em marcha — um império uno na sua economia, na sua moral, no seu espirito, na sua politica. Não há razões de ordem económica que seja necessário trocar ou jogar contra razões de ordem politica — mas sim razões politicas e económicas que têm de coordenar-se, de harmonizar-se e de servir, enfim, um objectivo nacional de inquebrantável unidade.

Aqueles que desejariam que a Conferência de Governadores, que hoje se inaugura em Lisboa, fôsse apenas uma grande Conferência económica, a semelhança das Conferências imperiais britânicas, invocando para tanto o argumento, de resto considerável, da importância que os problemas económicos revestem no momento presente — esquecem não só o carácter próprio da nossa politica colonial, mas também todo o extenso caminho de organização e arrumação que a nossa economia tem de trilhar para ter uma forma, uma essência e um significado imperiais.

A economia dum país, duma nação — muito especialmente a dum império — não se constitui nem se reorganiza sem que certos problemas de ordem administrativa, de ordem financeira, de ordem moral, de ordem politica e até de ordem espiritual, tenham sido previamente solucionados e encarados não só na sua arrumação, mas também nas suas consequências.

O programa de trabalhos da Conferência que hoje se inaugura é bem o programa duma primeira conferência — duma primeira fase de unificação que quere ser gradual, progressiva, ponderada, para estar dentro do seu tempo e do seu lugar: programa de arrumação financeira, de unidade administrativa, de aproximação politica e moral, de estudo dos problemas mais instantes de cada colónia — programa, por consequência, que prepara, que admite e que constitui o único terreno seguro e vigoroso em que uma economia imperial pode prosperar.

E por isso dissemos que nunca, nos últimos cem anos, a politica colonial portuguesa teve uma expressão mais clara e mais nítida, mais afirmativa e mais inteligente: É porque uma politica só tem estas qualidades quando é nacional, quando se não desenca-

Crónica Colonial

A Conferencia Imperial — A politica Colonial portuguesa e a Conferencia Imperial — As Conferencias do Império Britânico e a Conferencia do Império Portuguez — O programa e os objectivos da Conferencia de Governadores

Transcrito de «O Comércio do Pôrto»
de 1 de Junho de 1933

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

O homem e as leis

NO seu magnífico discurso inaugural da Conferência de Governadores, o sr. Ministro das Colónias disse, entre outras coisas profundas, reflectidas e brilhantes que «as leis só valiam pelo valor dos homens que as executassem».

Esta frase que contém uma verdade, deve conter um programa.

Estamos no rumo duma política de grandesa — precisamos homens que a saibam sentir, interpretar e realizar. Nunca como no momento presente a complexa individualidade dos homens que sabem pensar e sabem agir nos foi tão necessária.

As leis, de facto, só valem pelo valor dos homens que as executarem. Se esses homens forem zeros, mais ou menos decorativos, o corpo das leis encerrará possivelmente uma grande ideia e um alto pensamento — mas da mesma forma como os livros as encerram: para se lerem.

Se os homens, acima do zero que, entre nós, é difícil de alcançar sem sofrer as pedradas de quantos estão por baixo, compreendendo o espírito, o mandato e utilidade das leis, são agentes inteligentes da própria lei — esta será de facto uma arma poderosa a servir uma grandesa nacional.

Tôda a nossa legislação está cheia de belas coisas. Quando se constituir o exército dos homens capazes de as entender e, sobretudo de as pôr em execução, o seu valor terá a expressão dos grandes pensamentos que se agitam, que vivem e criam a vida.

Doutra forma continuará a desarmonia entre as palavras e a acção — essa doença de Portugal que a revolução francesa nos pegou por alluras de 1820.

Por isso vemos na frase do magnífico discurso do sr. dr. Atimdo Monteiro não só uma frase — mas também um programa.

H. G.

Notas do mês

Tropa negra

Temos em Lisboa há quasi um mês uma Companhia Indígena de Infantaria de Angola. A impressão que tem deixado nas paradas e nas cerimónias em que tem tomado parte, bem como o acolhimento simpático e carinhoso que toda a gente lhe tem dispensado, fizeram desta visita um êxito indiscutível.

A tropa negra tem páginas de glória na história da nossa ocupação colonial que lhe dão um grande valor sentimental. A sua apresentação deve ter convencido os nossos meios militares a quem o soldado indígena era desconhecido, do seu valor prático.

Portugueses de outra raça nem por isso são menos portugueses; valores militares de primeira ordem há que contar com eles efectivamente como um elemento prático e indispensável da defesa nacional.

E para que esta ideia não fôsse perdida de vista, porque num país colonial como o nosso a medida se impunha, por que finalmente, há sempre vantagem em fazer a propaganda de Portugal junto dos indígenas das colónias, seria interessante que permanentemente estivesse em Portugal uma companhia indígena angolana ou moçambicana, rendida em períodos anuais.

minha para grandezas inoportunas e quando se desenvolve ocupando, no tempo e no espaço, sucessivamente, os lugares que correspondem às realidades da vida e ao ritmo dos problemas.

Lisboa, 1-6-933.

HENRIQUE GALVÃO

Conferências literárias coloniais

Foi brilhantemente iniciada pelo jornalista Sr. António Eça de Queiroz a série de conferências literárias sobre assuntos coloniais, organizada pelo *Jornal do Comércio e das Colónias* e pela nossa revista, com a colaboração dos artistas Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro. A segunda conferência realiza-a o Sr. brigadeiro João de Almeida sobre "O romantismo e a grandeza da geração que fez o ressurgimento colonial".

Noutro lugar publicamos a conferência do Sr. António Eça de Queiroz "Como eu descobri a África", e no próximo número publicaremos a do Sr. brigadeiro João de Almeida.

A estas conferências seguem-se, pela sua ordem, as dos Srs. Dr. Agostinho de Campos, Henrique Galvão, Prof. Lopo Vaz e general Norton de Matos.

Rehabilitação dum caluniado

Do relatório sobre Cacheu do sr. Armando de Condorset Simões, transcrevemos a parte em que o autor narra o desastre de Bolor:

«O forte de Bolor fôra atacado pelos indígenas, tendo os habitantes e os poucos soldados fugido para Cacheu. Pediu-se então ao rei da Mata que autorizasse os habitantes de Bolor a viverem no seu chão. O que foi concedido. Entretanto a expedição organizava-se em Bissau, sendo recrutados grumetes em Cacheu e alguns indígenas da Mata, e assim, a expedição seguia na escuna Bissau, fundeando na enseada junto ao forte de Bolor. Desembarcaram de baixo do comando do tenente Calisto dos Santos e do alferes Sousa, tendo sido determinado aos grumetes e indígenas da Mata, que atacassem a povoação de Assor, enquanto o resto das forças ensai-

lhando as armas esperavam que lhes fôsse distribuído um pequeno rancho.

Os grumetes e indígenas embrenharam-se no mato dispostos a fazer uma batida aos indígenas revoltados, mas foram habilmente atacados pelos indígenas de Assor que os desbarataram. Os indígenas de Jafunco vendo tal desbarato nas forças auxiliares, atacaram a força. O tenente Calisto imprudentemente internara-se no mato com uma espingarda caçadeira, ao sentir gritos de guerra no acampamento, correu sobre ele para tentar reanimar os soldados, porém era tarde, o alferes Sousa já tinha sido degolado, e alguns soldados tinham pago com a vida a imprudência do seu comandante. Então o tenente quis vender cara a vida, ferido por uma azagaia e sentindo a inutilidade do seu sacrifício atirou-se à água.

De bordo onde se encontrava o Governador António de Amaral Carvalho Vieira, ficaram impassíveis, sem um só gesto de auxílio, e contam mesmo que ao ver o tenente atirar-se à água, o Governador com um machado cortou a amarra, deixando a escuna decair com a corrente.

Depois diria para Portugal que o único causador do desastre de Bolor, que mais tarde se vai reflectir noutras revoltas, fôra o tenente Calisto dos Santos, não se lembrando que o tenente Calisto lavou com o seu sangue a nódoa que lhe tinha salpicado a farda e o nome.....

Exposição de fotografias

Como era de esperar constituiu um êxito sem precedentes em exposições do mesmo género, a exposição de fotografias de Angola do dr. António Lebre.

Os numerosos trabalhos que estão expostos revelam não só um primoroso artista-fotógrafo mas também um apaixonado dessa colónia maravilhosa em que ele sobre surpreender assuntos tão flagrantemente, tão pitorescos e tão belos.

Apenas é de lameçar que a exposição não esteja patente ao público durante mais tempo.

Semana das Colónias

Sensivelmente melhor que nos anos anteriores realizou-se, de 5 a 12 do corrente mês a "Semana das Colónias", organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa. A propaganda alargou-se por todo o país e constituiu de facto acontecimento e esforço notáveis que honram os seus organizadores. O programa, que só por si dá ideia da extensão que o movimento alcançou, cumpriu-se da seguinte forma:

DIA 3—ÀS 21 HORAS—Conferência pelo Eng. Alvaro da Fontoura, no Liceu Pedro Nunes.

DIA 4—ÀS 15 HORAS—Inauguração da Exposição de Trabalhos Científicos da Marinha Portuguesa nas Colónias e conferência pelo Comandante Jaime do Inso, na Sociedade Nacional de Belas Artes.

DIA 5—ÀS 21 1/2 HORAS—Abertura da exposição de recordações dos pioneiros da moderna colonização portuguesa e conferência pelo seu organizador Capitão Caria, na Sociedade de Geografia. ÀS 22 1/2 HORAS—Emissão radiofónica, com um programa colonial, pronunciando S. Ex.^a o Ministro das Colónias, uma alocução, pelo pôsto C T 1 A A, em onda média.

DIA 6—ÀS 21 1/2 HORAS—Sessão solene na Sociedade de Geografia, sob a presidência de S. Ex.^a o Ministro das Colónias, e conferência pelo Coronel Bento Roma.—Sessão na Sociedade A Voz do Operário, sendo conferente o Capitão Afonso dos Santos.—Conferência no Liceu D. João de Castro, pelo Tenente Simões da Mota.

DIA 7—ÀS 15 HORAS—Conferência no Colégio Militar, pelo engenheiro Major Alvaro da Fontoura. ÀS 21 1/2 HORAS—Conferência na Escola Comercial Patrício Prazeres, pelo Dr. Veiga Beirão.—Conferência na Escola Comercial Ferreira Borges, pelo Dr. José Pires Cardoso.—Conferência na Sociedade Alunos de Harmonia, pelo Major Jacinto de Moura.

DIA 8 - DIA DO EXÉRCITO.

ÀS 14 HORAS—Conferência no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, pelo Major José Ribeiro da Costa Júnior. ÀS 15 1/2 HORAS—Conferência no Liceu Passos Manuel, pelo Dr. José Boléo.—Conferência no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, por D. Maria Josefina de Urquía Rodrigues Tocha. ÀS 21 1/2 HORAS—Conferência na Liga dos Combatentes da Grande Guerra, pelo Major José Ribeiro da Costa Júnior.—Conferência na Escola Industrial Afonso Domingues, pelo Major Janinto de Moura.

DIA 9—Conferências promovidas pela Direcção dos Serviços de Administração Militar. ÀS 15 HORAS—Na Escola Prática de Administração Militar, pelo Major José Barbosa Camejo e pelo Alferes Vicente Henrique Varela Soares. ÀS 17 HORAS—Na Manutenção Militar, pelo Capitão Virgílio Pereira da Costa.

ÀS 15 HORAS—Conferência no Colégio Infante de Sagres, pelo Dr. João Ribeiro Gomes. ÀS 16 HORAS—Conferência na Escola Comercial Veiga Beirão, pelo Capitão José Augusto Correia de Campos. ÀS 21 1/2 HORAS—Conferência no Instituto Comercial, pelo Dr. Luiz de Gama Ochôa.—Sessão solene na Sociedade de Geografia, dedicada à guarnição de Lisboa.—Conferência no Liceu Camões, pelo Dr. Augusto Cesar Gomes Ferreira.—Conferência na Escola Comercial Veiga Beirão, pelo Prof. Paulo Benard Guedes.—Conferência na Escola Académica, pelo Capitão Zarco da Câmara.

DIA 10—ÀS 10 HORAS—Conferência no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, pelo Coronel Joaquim dos Santos Correia. ÀS 11 HORAS—Conferência no mesmo Instituto, pelo Major José Augusto de Melo Vieira. ÀS 15 HORAS—Sessão solene na Sociedade de Geografia, promovida pela sua Secção Educativa. ÀS 17 HORAS—Conferência na Sociedade Promotora de Educação Popular, pelo Major Jacinto de Moura. ÀS 21 1/2 HORAS—Conferência na Sociedade de Geografia, por Monsenhor Gustavo Couto.—Conferência na Escola Nacional, pelo Dr. Oliveira Santos.—Conferência no Colégio Vasco da Gama, pelo aluno Manuel Lúcio Silvério da Silva.

DIA 11—ÀS 17 HORAS—Desfile das Escolas, Associações Desportivas, Escoteiros, Combatentes da Grande Guerra, Pupilos do Exército, Alunos dos Institutos de Assistência Pública e Privada, Tutorias, etc., perante a estátua de Camões e alocação pelo Dr. Reis Santos.

DIA 12—ÀS 17 1/2 HORAS—Conferência no Instituto Industrial de Lisboa, pelo Prof. Raul da Costa Couvreur. ÀS 21 1/2 HORAS—Sessão de encerramento na Sociedade de Geografia, com exibição de filmes coloniais.—Sessão no Instituto Lusitano, com alocação por um aluno e recitação de poesias coloniais.—Conferência na Escola Industrial Marquês de Pombal, pelo Dr. João de Brito.

Diversas

Cabo Verde

O governo de Cabo Verde comunicou que os portos da Praia e S. Vicente estão aptos a corresponderem às salvas dos navios de guerra.

❖ O governo desta colónia abriu um crédito de 104.260\$80 para aquisição duma máquina de impressão e dum motor para a Imprensa Nacional.

❖ O governador de Cabo Verde propôs a aprovação da verba necessária para a conclusão das obras já iniciadas e construção de estradas na Praia a fim de atenuar a crise de trabalho que existe naquele arquipélago.

Guiné

O governo da Guiné determinou, por portaria, que não paguem imposto de palhota os soldados indígenas, praças da guarda fiscal e guarda-fios dos correios e telégrafos, quando em effectivo serviço.

S. Tomé e Príncipe

O governo de S. Tomé enviou 120 contos para pagamento das despesas da Colónia na Metrópole.

Macau

Foi extinto o centro de aviação marítima de Macau.

❖ Vai ser restabelecida a lotaria em Macau cujo rendimento é destinado à Misericórdia daquela colónia. Esta solicitou do governo da Metrópole a isenção da contribuição predial.

❖ Foi instalada nas ilhas da Taipa e Coloane uma colónia penal destinada a receber os condenados vindos da colónia de Timor, os chinas e os indígenas de outras colónias portuguesas ou estrangeiras condenados pelos tribunais desta comarca a degrêdo, trabalhos públicos, trabalho correccional e todos os condenados a prisão correccional por mais de 15 dias. O regulamento do estabelecimento penal é sensivelmente igual ao dos estabelecimentos desta natureza.

Angola

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias acerca do pedido da Companhia Mineira do Lobito para que lhe seja ampliada a área em que lhe foi conferido o exclusivo de pesquisas.

As associações comerciais de Luanda entregaram ao governo da colónia um trabalho elaborado pelo sr. dr. Simões Raposo, propondo alterações à actual organização dos serviços aduaneiros da colónia. Na exposição que acompanha o trabalho pede-se a nomeação duma comissão com elementos oficiais e representantes do comércio para proceder a um rápido estudo da actual legislação aduaneira e elaborar um projecto de remodelação em bases que permitam uma equilibrada conciliação de interesses.

Pelo novo regulamento dos serviços de recrutamento militar, pôsto em vigor pelo governo geral, a guarnição nesta colónia é composta por dois agrupamentos: tropas europeias e tropas indígenas. Regula o recrutamento dos mancebos, europeus residentes e naturais; marca a área territorial do recrutamento; as respectivas operações; recenseamento, inspecções sanitárias, funcionamento das juntas, isenções e recursos.

Publica ainda uma tabela reguladora da «taxa militar» e fixa os contingentes anuais a recrutar.

No Ministério das Colónias recebeu-se a informação oficial de que a produção do açúcar, em Angola, na campanha de 1932-1933, foi de quilos 19.447.720, e de que, na de 1933-1934, está calculada, aproximadamente, em 23.500 toneladas, assim distribuídas: Companhia do Açúcar de Angola (Tentativa), 6.000; Dombe Grande, 4.300; Couto Pinto (Guisrol), 1.000; Fazenda Bom Jesus, 1.200 e Sociedade Agrícola do Cassequel, 11.000.

O Conselho de Cambiais, de Angola, propôs ao sr. ministro das Colónias a adopção de providências afinentes a aumentar as disponibilidades daquele organismo, para conseguir uma melhor distribuição.

A estatística do ano passado dos serviços telegráficos de Angola mostram que a sua rede tem um desenvolvimento de 13.000 quilómetros e serve 100 localidades.

O número de telegramas trocados eleva-se a 420.000, com 7.900.000 palavras tendo dado uma receita de 27.000 contos.

O número de rádios foi de 1.666 com 22.000 palavras.

As Associações Comerciais de Benguela e Lobito, telegrafaram ao sr. Ministro das Colónias, pedindo em vista da falta de carne que existe na Metrópole, especialmente em Lisboa, conforme fôra noticiado pelos jornais da capital, que dê as providências necessárias para ser importada carne de Angola, onde existe em grande quantidade podendo com o gado angolano suprir vantajosamente as necessidades do consumo de Lisboa, acrescentando que a época actual é especialmente recomendável para a exportação de gado daquela colónia.

Passou a exercer o cargo de director dos serviços de Veterinária e Pecuária na colónia de Angola, o médico veterinário sr. dr. Almeida de Eça.

Pela Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias acaba de ser distribuída a primeira fôlha (Oeste) da Carta do Sul de Angola, detalhada com tôdas as estradas e principais povoações além do relêvo do terreno, o qual compreende a subida para o planalto de Mossamedes, trabalho que foi elaborado pelo capitão sr. Baptista, actualmente fazendo parte da Missão Hidrográfica e Geográfica do Rio Zaire.

Segundo comunicação recebida de Angola, realizou-se com tôda a solenidade a colocação do último pilar das substruturas das obras do pôrto de Lobito, cuja conclusão deve ter lugar dentro de um ano.

Moçambique

Devido a uns importantes embarques de cobre e milho da Rodésia, o movimento do pôrto da Beira acusou um sensível aumento no mês de Março. A exportação alcançou quasi 40.000 toneladas e a importação 8.000.

Segundo notícias da Beira o abandono do padrão no território da Companhia de Moçambique foi recebido com bastante calma em todo o território de Manica e Sofala.

Os bancos anunciaram imediatamente que os depósitos feitos em ouro seriam pagos naquela moeda, o que contribuiu certamente para que lhes não tivesse sido feita a corrida que, de contrário, seria de esperar.

Foi retirada a sobretaxa de 22 e meio por cento com que os caminhos de ferro sobrecarregavam os fretes referentes ao trajecto da Beira à fronteira. As taxas do pôrto estão sendo cobradas em notas da Companhia de Moçambique e é de presumir que o mesmo suceda com os encargos do caminho de ferro.

Foi submetido ao Comité de Londres da "Conference Liens", uma proposta de revogação da sobretaxa de 20 por cento que incide sobre os fretes da carga de exportação despachada no pôrto.

Nos primeiros dias em que foi conhecido no território,

em detalhe, o decreto do Governo da República, de 21 de Março último, provocou uma ligeira subida de preços. Nalguns estabelecimentos não acompanharam a alta, continuando as vendas em ouro ou no equivalente, convertido. Mas o anúncio de outros, como o "Beira Terrace", declarando que manteriam os preços das mercadorias até os seus proprietários conhecerem os resultados provenientes do abandono do padrão-ouro, provocou a reflexão nalguns desses timoratos ou especuladores.

Como se sabe, a determinação do abandono do padrão-ouro (que se mantinha apenas no território da Companhia de Moçambique, após a adopção do padrão esterlino pela Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Nyassaland e União Sul Africana) e a adopção dum sistema de convertibilidade em escudos metropolitanos visou colocar o pôrto da Beira em condições de concorrência favorável com os portos rivais, favorecendo o desenvolvimento da agricultura do território.

Vai ser modificada a divisão e sub-divisão dos territórios da antiga Companhia do Niassa, que passaram para a posse do Estado.

O empréstimo a que já nos referimos, de dez mil contos feitos pela Caixa Geral de Depósitos à colónia de Moçambique, pagará o juro de 7 0/0 e deverá ser amortizado em dois anos, em quatro prestações semestrais.

Desde o início do ano económico até Abril do ano corrente as cobranças nos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane foram de 455.981 libras, que em confronto com as de igual período do ano anterior (que foram de 482.320) acusam uma diferença de 26.339 libras.

As receitas do pôrto da Beira atingiram em Março £ 19.566 contra £ 15.739 em Março de 1932.

Timor

O *Diário do Governo* publicou o decreto-lei que aprova o orçamento da receita e despesa da colónia de Timor, para o ano económico de 1932-1933, e que diz o seguinte:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As contribuições, impostos directos e indirectos e rendimentos e recursos do Estado na colónia de Timor, e constantes do respectivo orçamento de receita anexo, são avaliados nas importâncias seguintes:

Capítulo 1.º—Impostos directos gerais \$ 748:528,00; Capítulo 2.º—Impostos indirectos \$ 349:540,00; Capítulo 3.º—Indústrias em regime tributário especial \$ 2:980,00; Capítulo 4.º—Taxas. Rendimentos de diversos serviços \$ 58:259,00; Capítulo 5.º—Domínio privado, empresas e indústrias do Estado, participações de lucros \$ 67:255,00; Capítulo 6.º—Rendimentos de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias \$ 16:820,00; Capítulo 7.º—Reembolsos e reposições \$ 290:667,76. Soma \$ 1.534:029,76.

§ único. A cobrança dos referidos rendimentos continua a ser feita em conformidade das disposições que regulam ou vierem a regular a respectiva arrecadação, applicando-se o seu produto às despesas legalmente autorizadas.

Art. 2.º As despesas do Estado na colónia de Timor para o ano económico de 1932-1933 constam da respectiva tabela de despesa anexa e são fixadas pela seguinte forma:

Capítulo 1.º—Dívida da colónia \$ 117:532,00; Capítulo 2.º—Governo da colónia e representação nacional \$ 22:120,00; Capítulo 3.º—Aposentações, jubilações, pensões e reformas \$ 178:079,13; Capítulo 4.º—Administração geral e fiscalização \$ 282:394,44; Capítulo 5.º—Serviços de Fazenda \$ 68:094,96; Capítulo 6.º—Serviços de justiça \$ 30:154,84; Capítulo 7.º—Serviços de fomento \$ 182:377,98; Capítulo 8.º—Serviços militares \$ 351:627,96; Capítulo 9.º—Serviços de marinha \$ 91:931,68; Capítulo 10.º—Encargos gerais \$ 101:122,95; Capítulo 11.º—Exercícios findos \$ 108:593,82. Soma \$ 1.534:029,76.

§ único. A referida tabela tem somente applicação na colónia aos duodécimos não vencidos à data da publicação deste decreto no respectivo "Boletim Oficial".

Foram autorizados os aviadores ingleses Brackley e Prendergart a aterrar em Dily (Timor) no dia 27 do corrente.

Índia

Pelo sr. governador geral da Índia foi mandado pôr em vigor um diploma que determina, em virtude dos enormes prejuízos causados à agricultura pelos animais daninhos, sejam pagos 12:00:00 rupias por cada cria de tigre real, 7 por cada tigre "Assonione", 4 por um tigre "Bibio", por cada cria de tigre, javali e veado, 2 rupia e por cada cobra capelo e alcatifa "Mandol", 0:08:00 de rupias.

Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias sobre o projecto do diploma acerca do restabelecimento do juramento religioso no Estado da Índia.

Informação Económica

As cotações médias referentes ao mês de Maio, segundo informações do Banco Nacional Ultramarino, do seu correspondente em Londres, foram as seguintes:

Amendoim. África Oriental—O mercado está mais firme e mantém melhor tendência. O valor efectivo do produto de Moçambique ou de Dar-es-Salaam não excede £ 10.7.6. por tonelada cif portos opcionais, mas não nos consta haver quaisquer ofertas dos carregadores.

Gergelim. África Oriental—Há pouca actividade, mas o mercado mantém uma tendência mais ou menos regular, cotando-se o embarque durante Maio-Junho, do branco e/ou amarelo, para os portos opcionais, a £ 12.15.-, cif. O gergelim mixto, nas mesmas condições, é cotado nominalmente a £ 11.15.-.

Semente de algodão. África Oriental—Este mercado continua bastante quieto, cotando-se a tonelada entregue fora do navio em Liverpool, a £ 4 1/2/£ 5, não tendo nós conhecimento de quaisquer ofertas da origem.

Ricino. África Oriental—Não há vendedores e na falta de transacções indicamos o seu valor nominal cif Hull a £ 9.10.0. e cif Antuérpia a £ 9.

Linhaça. África Oriental—Não nos consta haver vendedores quer aqui quer na origem e, portanto, a título de simples indicação cotamos a tonelada cif a £ 8.5.-.

Maturra. África Oriental—Mercado mais ou menos frouxo, cotando-se a tonelada cif Marselha a cerca de £ 4.

Coconote. Mercado mais fraco com preços mais reduzidos, cotando-se o embarque durante Maio-Junho, quer para Liverpool quer para Hamburgo, a £ 8.17.6. (vendedores) cif.

Óleo de palma. Nos primeiros dias da semana o mercado esteve mais ou menos quieto e um tanto desvalorizado mas fecha firme e com boa tendência. Lagos, para embarque a prazo, cotado a £ 15., Brandos, em viagem, £ 14 15.-, Médios (vendedores), em viagem, £ 16., a prazo, £ 15.15.-, Sherbro Vermelho, em viagem, £ 15. Este mesmo óleo para embarque a prazo é cotado a £ 14.12.6. por tonelada cif.

Sisal. África Oriental—Tem havido nos últimos dias uma certa especulação por parte dos operadores, mas os valores estão sendo mantidos cotando-se o N.º 1, embarque Abril-Junho, Maio-Julho a £ 15.17.6., Junho-Agosto e Julho-Setembro a £ 16. e Agosto-Outubro a £ 16.2.6. por tonelada cif portos opcionais. O N.º 2, f. a. q. (qualidade média regular) vale cerca de 10/- menos por tonelada e N.º 3 22/6 d/ a 25/- menos, nas mesmas condições.

Estopa. África Oriental—Os valores deste produto apreciaram em simpatia com a melhoria verificada nos preços de sisal, cotando-se a tonelada da N.º 1, para embarque até Junho, a £ 12.10.0. cif.

Algodão. África Oriental—Durante a semana o mercado esteve bastante activo, havendo a reportar boas vendas. O algodão desta proveniência tem tido boa procura e os valores apreciaram sensivelmente. Também há uma boa procura para o algodão da Costa Ocidental e os pequenos embarques que chegaram durante a semana foram prontamente vendidos. Fecho do mercado de Liverpool, em 10-5-33: Médio Americano (Padrão): Disponível 5.96d.; Maio 5.73; Junho 5.71; Julho 5.70; Agosto-Novembro 5.70; Dezembro 5.71; Janeiro 5.72; Fevereiro 5.74; Março 5.76; Abril 5.77 e Maio 5.79 por lb.

Copra. Mercado quieto e mais fraco, cotando-se a FMS de Moçambique, disponível, a £ 10.7.6., Straits FMS, embarque em Maio para Rotterdam, £ 10.8.9., Cellão FMS, para 3 portos, Junho, £ 12.12.6. cif, FM Straits, Maio-Junho para Marselha, £ 10. e Manila FM £ 9 1/2.

Borracha. Não obstante a melhoria dos valores dos diferentes produtos a borracha continua aos preços anteriores, sentindo-se cada vez mais a imperiosa necessidade da restrição da produção no Oriente. A seguir passamos a indicar as cotações do fecho do dia de ontem: Folha de borracha de plantação (Padrão): disponível 2 25/32; Julho-Setembro 2 27/32; Outubro-Dezembro 2 29/32 e Janeiro-Março 3 d. Movimento dos portos, na semana finda em 6 de Maio de 1933—Londres: importação, 928 toneladas, entregas, 684—existência 41.478. Liverpool: importação, 1.124 toneladas, entregas, 312—existência, 55.148 contra 41.234 e 54.336 na semana anterior.

Cacau. O mercado do disponível está mais ou menos quieto mas os valores estão firmes. Para embarque: S. Tomé, 27/- cif, Superior da Baía, 25/6 d. cif, Trindade 26/6 a 28/6 d., Summer Aribba, 47/-, não havendo ofertas da Costa Rica.

Café. Mercado mais ou menos firme mas bastante quieto, aos preços da semana anterior, pouco ou nada havendo de interessante digno de mencionar-se, cotando-se para embarque: Superior de Santos e N.º 7 do Rio a 52/6 e 48/- o cwt e & f.

Milho. África Oriental—O Quater de N.º 2 (branco chato) vale 17/6 a 17/9 cif.

CASA

ANIBAL TAVARES

JOIAS - PRATAS - OURO - FILIGRANAS

INDÚSTRIA NACIONAL

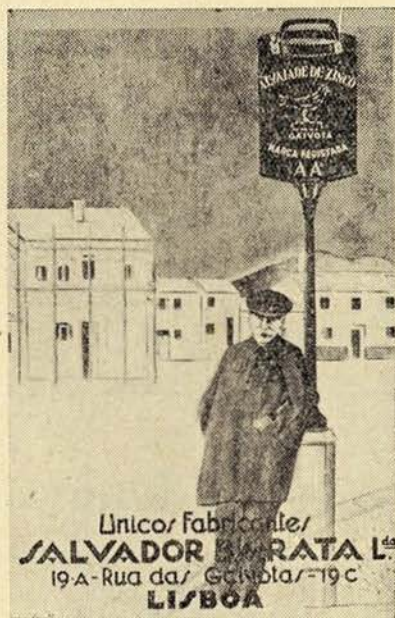
Comprar jóias na Casa ANIBAL TAVARES
é garantir o futuro

Comprem directamente, evitem o intermediário

95, RUA DA PRATA, 97

LISBOA—PORTUGAL

Todas as encomendas são rapidamente
enviadas à cobrança



Farmacia ALEXANDRE

FUNDADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1930

RUA DA PAZ

Sá da Bandeira (Lubango) — Angola

Director técnico e proprietário:

ANIBAL DA F. ALEXANDRE

(Farmaceutico pela Escola de Lisboa)

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931	1932		1933
	Julho	Índice-médio	Índice-médio		Índice-médio	Abril	Abril
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.636	1.518	1.550

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Março de 1933 (Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	351.650	193.823	—	—	7.796.426	1.626.677
Banco do Comércio e Ultramar.	84.576	290.347	1.177.131	1.176.635	371.242	1.309.595
Banco N. Ultramarino (Sede)	2.779.270	5.519.054	71.974.952	62.015.323	41.271.715	65.467.238

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1933 15 de Fevereiro
Cacau fino	15 quilogr.	77\$00	40\$00
Cacau paiol	»	62\$00	30\$00
Cacau escolha	»	36\$00	20\$50
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	130\$00
Café de Novo Redondo	»	124\$00	(e) 78\$00
Café de Ambriz	»	123\$00	71\$00
Café de Encoje	»	116\$00	(d) 66\$00
Café do Cazengo	»	120\$00	69\$00
Coconote	»	33\$00	14\$00
Copra	»	42\$00	18\$00
Óleo de palma, mole	»	45\$00	(f) 23\$00
Rícino	»	27\$00	17\$00
Gergelim	»	34\$00	20\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	5\$00
Cera	»	16\$00	7\$80
Cola	»	6\$00	—
Açúcar, rama	»	(c) 1\$70	(d) —
Milho	»	\$94	\$68
Coiros	»	15\$00	—

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado — (e) 2.^a qualidade — (f) Em tambores.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Abril de 1933

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1933 Abril	1933 Janeiro a Abril	1933 Abril	1933 Janeiro a Abril
	Reexportação :			
Cacau	901,736	3,068,025	2.257.486\$00	8 142.414\$00
Café	235,333	1,161,325	1 039.082\$00	5.124.768\$00
Cera	94,568	265,554	711.581\$00	2 022.228\$00
Outras mercadorias	261,370	512,969	227.519\$00	884.102\$00
Total	1,493,007	5,007,873	4.235.668\$00	16.173.512\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	70,272	—	190,200\$00
Café	—	916,035	—	4,345,696\$00
Cera	20,664	122,940	156,180\$00	962,490\$00
Óleos de palma e côco	—	242,544	—	—
Outras mercadorias	156,519	1,182,750	220,370\$00	315,080\$00
Total	171,183	2,534,541	376,550\$00	7,660,178\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro a Abril de 1933

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Índia, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	9,899	118,898	365,640	—	—	—
Açúcar	5,408,290	—	—	13,472,294	—	—
Café	1,036,688	2,429	—	171	71,544	325
Trigo em grão	6,702,039	—	—	—	—	—
Peles em bruto	292,010	7,006	65,222	31,828	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	165,376	—	576,123	—	—	5,070
Sementes oleaginosas	1,408,848	1,091,012	3,762,444	—	2 1,296,808	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	3,375	173	184	3,884	201	908
» da Madeira	526	—	—	23	—	—
» comuns tintos (decalitros)	222,137	7,470	24,999	135,050	17,601	7,040
» » brancos (decalitros)	48,347	1,947	6,031	106,494	2,244	612
» licorosos (decalitros)	2,456	555	173	404	39	3,560
Conservas de vegetais	53,977	1,505	5,721	84,660	3,565	6,397
Sardinhas em salmoura	844	20	—	845	—	350
Conservas de sardinha	13,925	1,304	3,387	55,343	2,117	1,307
Conservas de peixe	991	256	244	3,300	—	—
Cortiça em rolhas	263	12	49	339	22	—

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1933		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 de Maio		15 de Junho	
						C.	V.	C.	V.
—	30\$00	17-10-1927	1926	L. 14\$67	Agricultura do Cazengo	—	—	20\$00	40\$00
115\$00	100\$00	25-6-1928	1929	L. 20\$00	Agricultura das Neves	—	—	—	118\$00
105\$00	100\$00	11-3-1930	1929	L. 20\$00	Agricultura Colonial (Soc)	83\$00	90\$00	87\$00	91\$00
200\$00	190\$00	19-4-1932	1931	L. 11\$15	Açúcar de Angola	—	—	201\$00	209\$00
—	—	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror	20\$00	—	—	—
12\$00	8\$50	—	1927	—	Cabinda	8\$00	—	8\$00	11\$00
48\$50	43\$40	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150,000 1. ^a Em. ...	45\$50	45\$80	42\$50	43\$50
46\$50	40\$50	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150,001 a 300,000 2. ^a Em. ...	42\$00	45\$00	41\$00	—
18\$00	12\$50	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação	—	—	41\$00	—
153\$00	140\$00	18-4-1932	1931	L. 5\$00	Ilha do Príncipe	136\$50	137\$00	142\$00	145\$00
15\$00	12\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25	—	—	10\$00	—

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

*Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)*

*Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)*

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

SORTES GRANDES?

SÓ A CASA

COSTA, L.^{DA}

AS VENDE

75, RUA DE S. PAULO, 77

PRIMAVERA, L.^{DA}

CAMBIO—MOEDAS—TÍTULOS E COUPONS

EXTRAÇÕES SEMAMAI

1.º PRÉMIO

400.000\$00

BILHETES A 180\$00

FAZEI OS VOSSOS PEDIDOS À FELIZ CASA

PRIMAVERA, L.^{DA}

Largo do Corpo Santo, 30

ENDEREÇO TELEGRÁFICO—CAMBIOS

- U M B É B É -

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
alimento
para crianças**